

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ADRIÉL DA CRUZ E SILVA

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO DO
ADMINISTRADOR:
A Abordagem do Tema no Curso de Administração da Unisinos

São Leopoldo
2018

ADRIÉL DA CRUZ E SILVA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO DO
ADMINISTRADOR:
A Abordagem do Tema no Curso de Administração da Unisinos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Administração, pelo Curso de
Administração da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Me Gilberto Antonio Faggion

São Leopoldo
2018

RESUMO

O desenvolvimento efetivo da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas empresas se dá a partir de profissionais administradores comprometidos com essa temática. Nesse sentido, é imperativo abordar esse tema na formação desses profissionais com o engajamento da universidade, da coordenação do curso de Administração e do seu corpo docente. A partir disso, realizou-se um estudo de caso junto ao curso de Administração da Unisinos para investigar como a abordagem da RSE é realizada nesse curso. Nesse estudo, foram realizadas entrevistas com 12 professores do curso de Administração da Unisinos, além de observação direta em sala de aula e análise de documentos, tais como Projeto Político Pedagógico e Ementas de Atividades Acadêmicas do Curso. A partir disso, verificou-se que, na percepção dos entrevistados: as empresas nacionais desenvolvem pouco a RSE; o curso de Administração da Unisinos possui aspectos a aprimorar na abordagem da RSE; a forma ideal de abordagem do tema RSE no currículo do curso de Administração é perpassando as diversas atividades acadêmicas, de forma integrada e transversal. Já a partir da análise de documentos, verificou-se que a Unisinos se compromete em formar egressos socialmente responsáveis, mas nas Ementas do curso de Administração, as temáticas relacionadas à RSE se concentram em poucas atividades acadêmicas. Dessa forma, tem-se que a RSE é tratada no curso de Administração da Unisinos, mas há aspectos a aprimorar nessa abordagem, tais como proporcionar maior transversalidade da temática no currículo do curso e ampliar o número de atividades práticas relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. Formação de Administradores. Percepção Docente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Influências para o Surgimento da RSE	20
Figura 2 - Dimensões da Responsabilidade Social Empresarial	23
Figura 3 - A Autoavaliação da RSU na Unisinos.	64
Figura 4 – Empresa Socialmente Responsável na Percepção dos Entrevistados	71
Figura 5 - Vantagens da RSE para as Empresas na Percepção dos Entrevistados .	74
Figura 6 - Influências na Construção do Currículo do Curso de Administração na Percepção dos Entrevistados.....	78
Figura 7 – Contribuições da Abordagem da RSE para Formação do Administrador na Percepção dos Entrevistados.....	83
Figura 8 - Desafios para Tratar do Tema RSE em Sala de Aula na Percepção dos Entrevistados.....	86
Figura 9 – Abordagem Ideal do Tema RSE na Formação do Administrador na Percepção dos Entrevistados.....	88
Figura 10 - Desafios para Propor Práticas de RSE nas Empresas na Percepção dos Entrevistados.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Professores Entrevistados por Área.....	50
Gráfico 2 - Número de Professores por Titulação	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Stakeholders e seus Respective Interesses na Empresa.....	25
Quadro 2 - Conteúdos de Formação do Curso de Administração.....	32
Quadro 3 – Síntese da Estrutura Curricular	49
Quadro 4 - Resumo Metodológico da Pesquisa.....	52
Quadro 5 - Síntese do Processo Investigativo com Análise de Conteúdo	59
Quadro 6 – Categorias de Análise	60
Quadro 7 – Gestão da RSU e Impactos Avaliados conforme a AUSJAL	63
Quadro 8 – Termos e Quantidade de Citações nas Ementas	68
Quadro 9 - Desenvolvimento da RSE nas Empresas na Percepção dos Entrevistados.....	72
Quadro 10 –Empresas que buscam Administradores com Formação Voltada para RSE na Percepção dos Entrevistados	76
Quadro 11 – Atendimento das Necessidades das Transformações pelo Currículo na Percepção dos Entrevistados.....	80
Quadro 12 - Abordagem Realizada no Curso de Administração da Unisinos na Percepção dos Entrevistados.....	91

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUSJAL	Asociación De Universidades Confiadas A La Compañía De Jesús En América Latina
AC	Análise de Conteúdo
CFA	Conselho Federal de Administração
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEDS	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
RSE	Responsabilidade Social Empresarial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Definição do Tema e Problema de Pesquisa	11
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Responsabilidade Social Empresarial.....	18
2.1.1 Origem da Responsabilidade Social Empresarial	18
2.1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial	21
2.1.3 Vetores e Dimensões da Responsabilidade Social Empresarial	22
2.1.4 Abordagem dos Stakeholders (Partes Interessadas)	24
2.1.5 Vantagens da Incorporação de Práticas de RSE pelas Empresas.....	26
2.2 Formação do Administrador	29
2.2.1 Breve Histórico do Curso de Administração no Brasil	29
2.2.2 Aspectos Institucionais da Formação do Administrador	31
2.3 Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador.....	34
2.3.1 Abordagem do Tema Sustentabilidade no Ensino Superior	34
2.3.2 Abordagem do Tema Sustentabilidade nos Cursos de Administração.....	37
2.3.3 Abordagem do Tema Responsabilidade Social Empresarial nos Cursos de Administração.....	41
3 METODOLOGIA	46
3.1 Delineamento da Pesquisa	46
3.2 Unidade de Caso	47
3.2.1 O Curso de Administração da Unisinos.....	48
3.2.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	50
3.3 Técnica de Coleta de Dados.....	51
3.3.1 Entrevista Semiestruturada	54
3.3.2 Observação Direta	55
3.3.3 Pesquisa Documental.....	56
3.4 Técnica de Análise de Dados	56
3.4.1 Análise de Conteúdo	57

3.5 Limitações do Método.....	60
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	62
4.1 A Unisinos e a Responsabilidade Social Institucional	62
4.1.1 A Responsabilidade Social no Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração da Unisinos	65
4.1.2 A Responsabilidade Social nas Ementas das Atividades Acadêmicas do Curso de Administração da Unisinos	67
4.2 Abordagem do Tema Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador pelo Curso de Administração da Unisinos	69
4.2.1 A Empresa Socialmente Responsável	69
4.2.2 Desenvolvimento da RSE nas Empresas	71
4.2.3 Vantagens da Incorporação de Práticas de RSE para as Empresas	72
4.2.4 Desvantagens da Incorporação de Práticas de RSE para as Empresas.....	74
4.2.5 Busca das Empresas por Profissionais Administradores com Formação Voltada para as Práticas de RSE	75
4.2.6 As Influências na Construção do Currículo do Curso de Administração	76
4.2.7 Atendimento, pelo Currículo Atual do Curso de Administração da Unisinos, às Necessidades das Transformações Econômicas, Sociais e Ambientais Atuais e Futuras	78
4.2.8 Papel das Escolas de Administração na Promoção de Práticas Econômicas, Sociais e Ambientalmente Responsáveis	80
4.2.9 A Contribuição da Abordagem do Tema RSE para a Formação do Aluno do Curso de Administração	82
4.2.10 Forma de Abordagem do Tema RSE Realizada em Sala de Aula	83
4.2.11 Desafios para Tratar do Tema RSE em Sala de Aula	84
4.2.12 Abordagem Ideal do Tema RSE na Formação do Administrador.....	86
4.2.13 Institucionalização da Abordagem do Tema RSE na Formação do Administrador	89
4.2.14 Abordagem do Tema RSE Suficiente para Impactar a Atuação Profissional do Aluno	89
4.2.15 Desafios do Aluno do Curso de Administração ao Propor Práticas de RSE nas Empresas	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	98

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	103
APÊNDICE B - ATIVIDADES ACADÊMICAS OBRIGATÓRIAS E PREVISÃO DA RSE EM SUAS EMENTAS	104
APÊNDICE C – ATIVIDADES ACADÊMICAS ELETIVAS/OPTATIVAS E PREVISÃO DA RSE EM SUAS EMENTAS.....	107
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA UNISINOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) surgiu como uma resposta à pressão pública exercida sobre as empresas, devido a escândalos e desastres ambientais decorrentes de condutas irresponsáveis e negligentes por parte dessas organizações. Além disso, Tachizawa (2015) cita a maior preocupação do consumidor em relação ao consumo sustentável, que passou a buscar se relacionar com empresas que não degradem o meio ambiente, como uma das causas do maior engajamento das empresas em ações afirmativas ambientais e sociais e no comprometimento com práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

Essas cobranças por uma postura mais responsável impulsionaram o desenvolvimento teórico e prático de ações que, se tomadas pelas organizações, diminuem os impactos negativos decorrentes de suas atividades empresariais. Tais ações podem abranger determinadas partes interessadas no negócio da empresa, sejam seus clientes, fornecedores, governo, comunidade local, entre outros. (QUEIROZ, 2005; DIAS 2012; GOLDSTEIN, 2007).

Em uma perspectiva de mudanças para combater os problemas da sociedade, entre os quais a degradação do meio ambiente, dos recursos naturais e as questões sociais, a educação possui função essencial, no sentido de fornecer a base para o comportamento humano responsável e consciente. (FRANCO, 2016; ONU, 2015; UNESCO, 2005).

Nesse sentido, buscando como referência a formação de administradores de empresas, é pertinente que essa formação abarque os problemas atuais da sociedade e a maneira como esses profissionais, no papel de gestores, poderão buscar soluções que satisfaçam as necessidades da empresa e das partes interessadas. (CARNEIRO, 2015; MACEDO; GUERRA; FREITAS, 2013).

Dessa forma, discute-se a inserção de temas como Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial no currículo do curso de Administração com o objetivo de formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades perante a sociedade e impactar a maneira como as organizações, comandadas por esses gestores, atuam em suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; BARBIERI; SILVA, 2011).

Nesta introdução, se propõe inicialmente uma contextualização do tema e da problemática envolvida na pesquisa, após são estabelecidos os objetivos, geral e específicos, e em seguida apresentada a justificativa do trabalho.

1.1 Definição do Tema e Problema de Pesquisa

As empresas constituem um setor fundamental na sociedade capitalista e suas ações possuem impactos em toda a sociedade, sejam positivos como geração de emprego e renda, sejam negativos como a exploração irresponsável de recursos naturais. Segundo Tachizawa (2015), a partir da pressão pública e dos consumidores para que as empresas adotassem práticas de redução de danos ambientais e sociais e promoção do bem-comum, surge a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que de acordo com Barbieri e Cajazeiras (2016), é um meio para atingir a sustentabilidade empresarial, que pode ser conceituada como a orientação da gestão das empresas para a obtenção de resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais. Sendo assim, “[...] as empresas que buscam a sustentabilidade empresarial procuram ser economicamente eficientes, socialmente justas e incluídas e ambientalmente prudentes”. (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016, p. 115).

Na esteira dos movimentos em prol da sustentabilidade, tema que, de acordo com Dias (2017), abrange a RSE, a educação constitui-se como fator fundamental para o processo de formação de cidadãos mais conscientes de suas responsabilidades perante o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), os educadores possuem um papel estratégico no que se refere a inserção do tema sustentabilidade na educação, pois através da abordagem desse tema se qualificam alunos com posicionamento crítico ante a crise socioambiental, os tornando capazes de transformar hábitos e práticas sociais, além de formar uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, as instituições de ensino superior, de acordo com Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) e Gonçalves-Dias et al. (2009), não possuem apenas a missão de formar futuras gerações tomadoras de decisões, mais do que isso, elas têm um papel fundamental para a construção de um mundo mais sustentável. Essa posição também é defendida por Venzke e Nascimento (2013), para quem dentre os

papéis das universidades se inclui a geração de pesquisas e conhecimentos baseados na resolução de problemas da sociedade, nos quais se inclui o desafio do desenvolvimento sustentável.

Sendo um dos cursos com maior número de alunos, em formação e egressos, no Brasil (INEP, 2016), o curso de Administração forma gestores que estarão diretamente envolvidos no gerenciamento de atividades empresariais e conseqüentemente na maneira como essas organizações se relacionam com seus stakeholders (partes interessadas). Dessa forma, de acordo com Franco (2016) e Kuzma et al. (2016), esses gestores têm a oportunidade de contribuir com a mudança de postura das organizações de dentro para fora, promovendo inovações e adequações nos processos organizacionais, no sentido de minorar impactos negativos gerados pelas atividades empresariais e incentivar práticas de sustentabilidade, promovendo a Responsabilidade Social Empresarial.

Nesse sentido, verifica-se que a abordagem de temas relacionados à sustentabilidade e à RSE no ensino superior e mais especificamente no curso de Administração são importantes na medida que irão contribuir para uma formação voltada para a preocupação com os interesses da sociedade, observando as dimensões econômicas, sociais e ambientais de suas ações como profissionais (UNESCO, 2005; GONÇALVES-DIAS et al., 2009). A importância da abordagem desses temas nos cursos de Administração também pode ser ressaltada pelo grande número de estudantes ingressos e egressos do curso a cada ano no Brasil. De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016), Administração é segundo curso de graduação com mais concluintes no país, representando 11,5% do total de formandos no Brasil em 2016.

Dessa forma, fica evidente a relevância que a abordagem das práticas socioambientais responsáveis no currículo desse curso possui, tendo em vista o grande número de ingressos e egressos, que futuramente estarão gerindo empresas e organizações, e por meio de sua atuação profissional poderão contribuir de maneira ativa para o desenvolvimento sustentável. Destaca-se que para que esses estudantes tenham essa postura consciente é necessário que a abordagem dos temas sustentabilidade e RSE, durante a graduação, seja feita de forma efetiva pelos docentes, propondo a reflexão crítica desses assuntos, e incentivada pelas instituições de ensino superior, por meio da inclusão do tema em disciplinas

obrigatórias do curso. (VENZKE; NASCIMENTO, 2013; FRANCO, 2016; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

Em pesquisa realizada por Franco et al. em 2015 junto a docentes do curso de Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul sobre a importância da abordagem do tema sustentabilidade e assuntos afins - nos quais se inclui a RSE - para a formação dos alunos, verificou-se que não há um consenso entre os docentes sobre o quão importante e relevante a abordagem desses temas se constitui, embora a totalidade dos professores entrevistados tenha considerado importante que os alunos tenham algum contato com o tema durante sua trajetória acadêmica. Apesar disso, a abordagem desses assuntos está prevista expressamente apenas em disciplinas optativas do curso, ou seja, nem todos os alunos terão contato com esses temas, pois para isso devem cursar certas disciplinas que não estão entre as atividades acadêmicas obrigatórias. Destaca-se ainda na pesquisa, que é facultado aos docentes incluir o assunto nas disciplinas obrigatórias. Sendo assim, a abordagem é considerada importante pelos professores, mas não há uma sistematização por parte do currículo a fim de que todos os estudantes tenham contato com o tema. (FRANCO et al., 2015).

Em outra pesquisa, essa realizada por Seroa et al. no ano de 2017 com alunos, professores e coordenadores de cursos de Administração, em instituições públicas e privadas, do estado do Rio de Janeiro, verificou-se que o ensino da RSE e de práticas sociais também ocorre por disciplinas optativas. Além disso, constatou-se que esses assuntos são abordados apenas de forma superficial nas disciplinas obrigatórias do curso. De acordo com os entrevistados, a abordagem da RSE depende do interesse dos docentes em trazer o assunto para a sala de aula, o que normalmente não ocorre. No entanto, os docentes relatam que para que essa abordagem ocorra e que haja engajamento em torno dela, é necessário maior reconhecimento dessas práticas a nível institucional. (SERAO et al. 2017).

A partir da problemática desenvolvida, propõe-se uma investigação a ser realizada junto ao curso de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), modalidade presencial. O curso a que se refere essa pesquisa é: Administração Bacharelado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Habilitação 002 – Matriz Curricular 002, ofertado no campus São Leopoldo com reconhecimento pelo Decreto 75.577/1975 - DOU 09/04/1975; Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC 272/2017 - DOU 04/04/2017. A matriz curricular do referido

curso foi modificada para o semestre 2019/1, portanto, delimita-se a presente investigação à matriz curricular e demais aspectos ao curso vigente até o período 2018/2.

A Unisinos é uma instituição de educação superior de direito privado e de natureza comunitária e confessional, que atende às prescrições legais estabelecidas para as instituições educacionais filantrópicas e sem fins lucrativos e cumpre os preceitos legais emitidos pelo Sistema Federal de Ensino. Com cerca de 31 mil alunos, a instituição possui campus em São Leopoldo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS) e em outros oito estados do país. A instituição possui cerca de 1.048 professores, dentre os quais mais de 90% são mestres, doutores e pós-doutores, além de aproximadamente 1.094 funcionários. (UNISINOS, 2018). A instituição permitiu a realização da pesquisa e a divulgação de seu nome, essa autorização consta no Anexo A deste trabalho.

Considerando o papel das instituições de ensino superior, nas quais se inclui a Unisinos, na formação de indivíduos conscientes, no que se refere à sustentabilidade e à RSE e a importância da abordagem desses temas para a formação de futuros administradores, que poderão realizar uma gestão de empresas de forma consciente e responsável na medida que se proponham a reflexão desses assuntos durante sua trajetória acadêmica, propõe-se analisar: como o curso de Administração da Unisinos aborda o tema Responsabilidade Social Empresarial na formação do administrador?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial na formação do administrador realizada pelo curso de Administração da Unisinos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar como os professores do curso de Administração da Unisinos percebem o desenvolvimento de práticas de Responsabilidade Social Empresarial nas empresas;

- b) Verificar como os professores do curso de Administração da Unisinos percebem a abordagem da temática Responsabilidade Social Empresarial no currículo do curso de Administração da Unisinos;
- c) Analisar como a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial é realizada pelos professores do curso de Administração da Unisinos e aspectos decorrentes dessa abordagem;
- d) Verificar as menções à abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial e temas correlatos que se apresentam em documentos relativos ao curso de Administração da Unisinos, tais como Projeto Político Pedagógico do Curso e Ementas de Atividades Acadêmicas.

1.3 Justificativa

A relação entre empresas e sociedade vem mudando nas últimas décadas. Em decorrência de fatores como a globalização, maior disponibilidade de informações, através da internet, e maior preocupação com as questões sociais e ambientais por parte dos consumidores, as empresas demonstram cada vez mais preocupação com os impactos de suas ações em termos sociais e ambientais. (TACHIZAWA, 2015; PERSEGUINI, 2015).

Nesse sentido, as empresas têm buscado uma nova maneira de se relacionar com seus stakeholders (partes interessadas). Essa nova maneira procura levar em consideração os interesses dessas partes interessadas, buscando afetar positivamente suas realidades, ou, pelo menos, não lhes causar impactos negativos. Ao buscar tais efeitos, define-se que a empresa adota uma postura socialmente responsável, de maneira que enxerga o ambiente que a cerca e busca uma relação sustentável com ele, ou seja, desenvolve suas atividades sem comprometer o futuro de seus stakeholders. (DIAS, 2012; VELOSO, 2005; MELO NETO; FROES, 2002).

De acordo com Tachizawa (2015), a conduta socialmente responsável das empresas, em um futuro próximo, já não será apenas uma opção da gestão e sim uma imposição para sua própria viabilidade no mercado, ou seja, incorporar práticas de RSE será uma premissa para a sobrevivência das empresas. Essa posição é defendida, segundo o autor, com base em pesquisas que revelam que a maioria dos consumidores tende a optar, e até mesmo se dispõe a pagar mais caro, por produtos de empresas que não causem danos ambientais em seus processos produtivos.

Essa nova percepção dos compradores aliada a maior disponibilidade de informações, sobre condutas das empresas, na internet e em redes sociais já causa impactos perceptíveis. Tais impactos podem ser notados pela quantidade de boicotes sendo promovidos contra empresas que degradam o meio ambiente ou possuem uma conduta reprovável no aspecto social. Um exemplo disso, é o recente caso da empresa de aviação United Continental Holdings que sofreu um boicote e perdeu valor de mercado considerável após um vídeo, onde seus funcionários arrastam um passageiro dentro de um avião, ter viralizado na internet. (G1, 2017).

Tal caso demonstra que atualmente qualquer informação sobre conduta inadequada de alguma empresa pode se espalhar rapidamente, causando danos à reputação da organização e conseqüentemente prejuízos, dado que reverter a percepção negativa deixada por um escândalo pode ser uma tarefa difícil e até mesmo impossível em certos casos. (PERSEGUINI, 2015; DIAS, 2012; GOLDSTEIN, 2007).

Considerando a necessidade das empresas em possuir uma conduta socialmente responsável para que se mantenham competitivas em um mercado consumidor cada vez mais atento às questões sociais e ambientais, é necessário indagar como essa responsabilidade deve estar atrelada à gestão das empresas. Nesse sentido, os profissionais que atuam dentro dessas organizações devem possuir a capacidade de colocar as estratégias organizacionais em consonância com a RSE, envidando esforços para que as ações da organização levem em conta os interesses das partes interessadas em seus negócios.

No entanto, de acordo com Macedo, Freitas e Guerra (2013), para que os gestores das empresas possuam essa capacidade, é necessário que o tema RSE seja abordado em sua formação. Nesse sentido, considerando a formação de administradores, a abordagem desse tema no curso é fundamental para que esses futuros gestores possam desenvolver dentro das empresas a Responsabilidade Social Empresarial por meio das práticas aprendidas durante sua formação.

No entanto, para que essa abordagem seja feita de forma efetiva durante a formação de administradores, considera-se que deve haver de um lado a previsão da abordagem do assunto em disciplinas obrigatórias do curso e de outro uma capacidade do profissional docente em abordar esse tema de forma eficaz, seja de forma direta ou relacionada a outros conteúdos, demonstrando a sua importância e

atualidade para o aluno. (UNESCO, 2005; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; BARBIERI; SILVA, 2011).

Sendo assim, considerando a relevância da abordagem da RSE para a formação dos administradores, é pertinente investigar a percepção dos docentes do curso de Administração sobre a abordagem da temática Responsabilidade Social Empresarial na formação dos administradores, visto que eles fazem parte desta formação, ministrando os conteúdos da grade curricular e atuando na pesquisa acadêmica da área.

Para tanto, optou-se por realizar um estudo de caso junto ao curso de Administração da Unisinos, visto que a instituição se propõe à formação humanística dos alunos e afirma esse compromisso em seus valores institucionais. Em seu site, a Unisinos expõe que o curso de Administração da universidade desenvolve nos alunos, entre outras competências, postura ética e crítica e preocupação com a sustentabilidade, além de formar o profissional responsável pelo planejamento e execução de ações que visem o melhor aproveitamento de recursos financeiros, humanos ou materiais, a fim de maximizar os resultados das organizações e promover impacto positivo na sociedade e no ambiente. (UNISINOS, 2018). Essas e outras disposições também se encontram presentes no Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração da universidade. (UNISINOS, 2005).

Dessa forma, fica evidente o discurso da instituição quanto ao compromisso em relação à formação voltada para conscientização sobre sustentabilidade e responsabilidade social das organizações, além de uma preocupação em formar egressos socialmente responsáveis. (UNISINOS, 2018).

Esta investigação, ao ser concluída, trará um panorama sobre como os docentes do curso de Administração da Unisinos percebem a abordagem da temática da RSE na formação dos alunos do curso, identificando como eles abordam essa questão em sala de aula e indicando qual o impacto que a temática pode ter para atuação profissional dos futuros gestores na percepção docente. Além disso, será possível relacionar a abordagem que é prevista em documentos institucionais do curso, como Projeto Político Pedagógico do Curso e Ementas de Atividades Acadêmicas, com a percepção dos docentes sobre o tema. A seguir, consta a fundamentação teórica da pesquisa e o método utilizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, sendo dividida em três principais títulos que abordam a Responsabilidade Social Empresarial, a Formação do Administrador e por fim, a abordagem da Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador.

2.1 Responsabilidade Social Empresarial

Nesta seção, apresentam-se a origem da Responsabilidade Social Empresarial, seu conceito, suas principais dimensões e abordagens, além das práticas que podem ser desenvolvidas nas empresas.

2.1.1 Origem da Responsabilidade Social Empresarial

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) surgiu como uma resposta às cobranças que as empresas começaram a receber a partir dos anos 80, quando desastres ambientais e escândalos de corrupção envolvendo grandes organizações foram noticiados em grande escala para o mundo todo. A partir de um maior envolvimento da sociedade com as questões sociais e ambientais, surgiram protestos e boicotes às marcas que tinham práticas inadequadas, fazendo com que as empresas buscassem meios de reverter essa reputação negativa. Uma maneira de lidar com esses problemas foi incorporar práticas de responsabilidade social na gestão das empresas, buscando minimizar os impactos sociais e ambientais negativos de suas ações. (DIAS, 2012; GOLDSTEIN, 2007).

Veloso (2005) aponta outros fatores que levaram as empresas brasileiras a adotarem uma nova postura, mais responsável em relação às implicações de suas ações. Primeiramente, cita-se a globalização como fator determinante, já que trouxe novas exigências de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, em consonância a padrões internacionais de conduta. A globalização ainda traz uma nova forma de competição, em que as empresas precisam manter uma boa imagem perante o consumidor, cada vez mais atento às questões sociais e ambientais, a fim de manter sua viabilidade no mercado.

Além da globalização, destaca-se, de acordo com Goldstein (2007), a reestruturação das funções do Estado, que diminuiu seu tamanho, proporcionando maior espaço para atuação das empresas em áreas antes exploradas apenas por entes estatais.

Em um primeiro momento, as práticas de RSE desenvolvidas pelas empresas eram ações exclusivamente filantrópicas, que se constituíam de doações para entidades sociais. Dessa forma, a filantropia é considerada por Melo Neto e Froes (2002) como a dimensão inicial da RSE, que conforme foi se desenvolvendo e ampliando seu conceito, mais ações foram sendo incorporadas pelas empresas, aumentando o envolvimento destas com as partes interessadas, de maneira que as empresas passaram a atuar diretamente por meio de estratégias organizacionais que integrassem o respeito aos interesses das partes interessadas.

A ISO:26000 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), 2010), traz também como uma das motivações da preocupação crescente das empresas em relação à RSE, a maior disponibilidade de informações acerca das decisões e atividades das empresas, que podem ser compartilhadas de forma instantânea, em sites de notícias e redes sociais, portanto a preocupação com a reputação aumenta e faz com que as organizações busquem minimizar possíveis danos de suas ações, a fim de não sofrerem danos em sua imagem corporativa.

De acordo com Perseguini (2015), a RSE entrou na pauta de interesses dos governos, imprensa e empresas devido a diversos fatores mundiais. Entre eles, a autora cita:

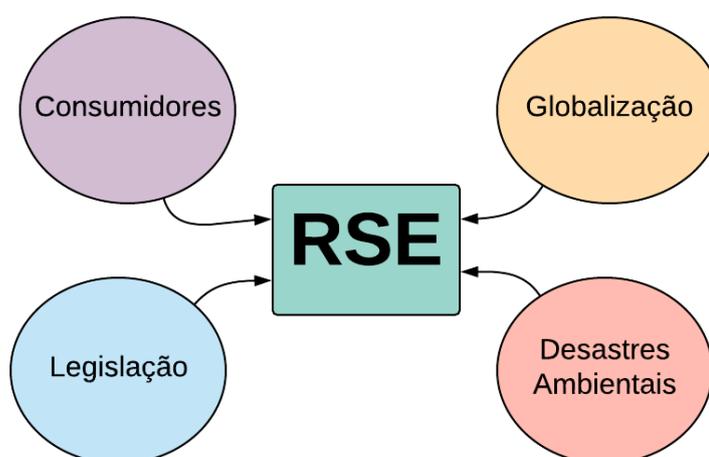
- a) O surgimento de uma consciência ecológica por parte da sociedade, devido a desastres ambientais envolvendo empresas e governos;
- b) O crescimento tecnológico e científico dos países industrializados, aumentando os impactos no meio ambiente;
- c) Organizações civis formadas por cientistas, intelectuais e pesquisadores com maior visibilidade e impacto na opinião pública, demonstrando preocupação com ética e responsabilidade empresarial;
- d) A globalização que permitiu grandes corporações explorarem novos mercados e buscarem menores custos de mão de obra e matéria prima em outros países;

- e) A disseminação das tecnologias e dos meios de comunicação em massa, permitindo maior controle social sobre as ações de empresas e governos, na medida que intensificou a circulação de informações, aumentando a percepção sobre os problemas ambientais e humanitários;

A conjugação dos efeitos da globalização e das tecnologias atuais fazem com que grupos e indivíduos tenham a percepção de que seus questionamentos e protestos possam ser ouvidos na medida que são disseminados. No entanto, a globalização também trouxe a possibilidade das grandes empresas explorarem mão de obra de forma irregular, além de se beneficiarem de baixa regulamentação em alguns países para praticarem meios de produção que degradam o meio ambiente. Na medida que governos e grupos se opõem a essas práticas, as empresas mudam suas indústrias para outros países e assim se cria um ciclo de degradação ao redor do mundo. (PERSEGUINI, 2015). Com essa constatação, pode-se considerar que a globalização na medida que impõem limites à atuação das empresas, também as instiga a espalhar impactos negativos, na medida que algumas organizações realizam uma migração contínua para lugares onde possam se comportar de maneira irresponsável.

As principais influências citadas para a origem da RSE e para sua importância atual pode ser sintetizada conforme a Figura 1.

Figura 1 - Influências para o Surgimento da RSE



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial

Segundo Dias (2012), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) refere-se a um conjunto de ações da organização, no sentido de promover uma Administração ética e sustentável, assumindo compromissos em relação a seus impactos ambientais, sociais e econômicos na sociedade. Sendo assim, a organização busca seu objetivo financeiro, que é a obtenção de lucros, mas procura atingi-lo de forma que compatibilize os interesses de todas as partes interessadas (stakeholders), gerando benefícios para a sociedade em geral.

Embora seja vista como um compromisso voluntário das empresas, a RSE envolve a observância da legislação municipal, estadual, federal e internacional, além de ações que visem a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, comunidades em que estão inseridas e demais grupos de interesse. A RSE pressupõe uma gestão que incorpore as preocupações da sociedade como parte de sua estratégia organizacional. (DIAS, 2012; MACHADO FILHO, 2006).

Para Melo Neto e Froes (2002), a RSE se constitui em uma participação da empresa no ambiente em que está inserida, na medida que busca minimizar possíveis danos socioambientais que decorram de suas atividades. Entretanto, apenas contribuir para o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são ações satisfatórias. A empresa socialmente responsável deve ainda desenvolver práticas que ampliem o bem-estar de seus colaboradores e dependentes, investir em qualidade de vida no trabalho, possuir comunicações transparentes, oferecer retorno aos seus acionistas, garantir cooperação com seus parceiros e assegurar a satisfação de seus clientes.

De acordo com Perseguini (2015), a RSE pode ser definida como um conjunto de ideias e práticas, que constituindo a estratégia de uma empresa, promovem benefícios para todas as partes envolvidas e interessadas na empresa (stakeholders), além de evitar prejuízos a essas partes. Ainda segundo a autora, a visão atual sobre a RSE é de uma concepção integrada em que a organização tem o dever de prestar contas a todos os stakeholders, além de fazer uso eficiente dos recursos limitados do planeta. Dessa forma, a criação de valor pelas empresas não diz respeito apenas aos seus serviços e produtos, mas também sobre as pessoas, dentro ou fora das empresas.

A abrangência das ações de RSE, segundo Goldstein (2007), pode ser total ou parcial, pois não se pretende classificar uma empresa como socialmente responsável apenas quando esta desenvolver ações que atendam aos interesses de todos seus stakeholders, visto que o atendimento de todas as demandas é dificilmente alcançado. Sendo assim, pode-se classificar ações que atendam apenas parte dos stakeholders, como por exemplo, programas para qualidade de vida dos funcionários, como iniciativas socialmente responsáveis, independente do atendimento às demandas das demais partes interessadas.

Tal visão é reforçada por Lopes (2015), para quem o sucesso das empresas no futuro dependerá da capacidade de balancear os interesses de todos stakeholders. Segundo a autora, isso não significa que a empresa socialmente responsável conseguirá atender ou satisfazer os interesses de todos, mas sim, estabelecer um conjunto de valores que se apliquem a suas ações, servindo como orientação e guia para a tomada de decisões.

2.1.3 Vetores e Dimensões da Responsabilidade Social Empresarial

Entre os principais vetores da RSE, citados por Melo Neto e Froes (2002) estão:

- a) Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde a empresa atua;
- b) Conservação do meio ambiente;
- c) Investimento na qualidade de vida dos empregados e seus dependentes;
- d) Comunicações transparentes;
- e) Rentabilidade aos acionistas;
- f) Sinergia com parceiros;
- g) Satisfação dos clientes e consumidores.

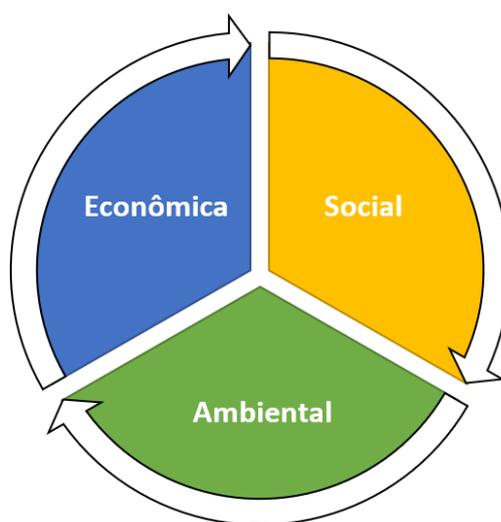
Já as dimensões da RSE, segundo Melo Neto e Froes (2002) podem ser divididas em relação ao público interno da empresa, que são os colaboradores e seus dependentes e ao externo, que é a comunidade em que a organização se situa. Internamente, a RSE se constitui de duas principais ações, o investimento no bem-estar dos colaboradores, com programas de remuneração por resultados e planos de assistência médica, alimentar, social, entre outras e investimentos em programas de qualificação para os colaboradores, tais como treinamentos e bolsas

de estudos. O foco principal dessas ações é o retorno em produtividade e para os acionistas.

Já na perspectiva externa, a empresa pode realizar doações diversas, prestar serviços voluntários com atuação direta de seus colaboradores, aplicar seus recursos em atividades de preservação do meio ambiente, gerar empregos e criar seus próprios projetos sociais. De acordo com Melo Neto e Froes (2002), essas ações visam retorno em imagem e reputação para a empresa e aos acionistas.

Para Dias (2012), a RSE está interligada à promoção do desenvolvimento sustentável, definido como aquele que satisfaz as necessidades da geração atual sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. É dentro dessa perspectiva que se desenvolve o modelo Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade) que se constitui de em 3P's, People, Profits e Planet (Pessoas, Lucros e Planeta). Neste modelo, se apresentam três dimensões: econômica, social e ambiental, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Dimensões da Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: Adaptado de Dias (2012).

A dimensão econômica refere-se à performance financeira da empresa, e à sua competência para contribuir com o desenvolvimento econômico da localidade onde está inserida e de seus stakeholders. Além disso, refere-se ainda à postura ética da empresa, que não deve se envolver em esquemas de corrupção ou abusar de seu poder econômico. (DIAS, 2012).

A dimensão social refere-se aos impactos sociais da atividade empresarial no conjunto de seus stakeholders. Portanto, engloba-se a relação da empresa com as partes interessadas: empregados, fornecedores, clientes e comunidades locais, a partir da perspectiva de respeito aos direitos humanos e da política social da empresa. (DIAS, 2012).

A dimensão ambiental engloba a relação compatível entre atividade empresarial e proteção dos ecossistemas. Sendo assim, importa uma análise do impacto que a atividade empresarial possui no consumo de recursos, geração de resíduos e emissões de agentes contaminantes. (DIAS, 2012).

Um exemplo da interação das dimensões citadas, de acordo com Machado Filho (2006), é a de um caso em que uma multinacional americana explorasse, por exemplo, trabalho escravo no nordeste brasileiro. Tal comportamento está ligado à dimensão social da RSE, que neste caso estaria sendo desrespeitada. Como consequência disso, o autor cita que esse caso ao ser denunciado seria rapidamente noticiado nos principais veículos de comunicação da imprensa americana e internacional, impactando nos valores das ações da organização e trazendo um prejuízo para os acionistas e redução de investimentos na empresa.

Nesse caso, nota-se como as dimensões se relacionam, uma reação negativa à determinada conduta social da empresa gera impactos econômicos negativos. Assim como no caso citado, desastres ambientais causados por empresas também impactam nos seus valores de mercado e reputação perante o consumidor, trazendo, de acordo com Tachizawa (2015), prejuízos de imagem difíceis de serem revertidos.

Dessa forma, de acordo com Dias (2012), para que se promova o desenvolvimento sustentável, as dimensões econômica, social e ambiental da RSE precisam funcionar de forma harmônica, na medida que a empresa garanta seus lucros, minimize seus impactos negativos no ambiente e leve em consideração os interesses de todas as partes interessadas ao tomar suas decisões.

2.1.4 Abordagem dos Stakeholders (Partes Interessadas)

O enfoque dos stakeholders se tornou a partir dos anos 1990, a principal visão sobre RSE. Nesse enfoque, a empresa já não presta contas de suas ações somente aos seus proprietários e acionistas, ela é parte de um todo que engloba

diversos atores, tais como seus funcionários, comunidade em que atua, governo, fornecedores e clientes. Dessa forma, sua estratégia global precisa considerar os interesses de todas as partes interessadas, já que suas ações provocam impactos em todos eles. (DIAS, 2012).

De acordo com Machado Filho (2006), pode-se dividir os stakeholders em dois grupos, aqueles que possuem direitos legais estabelecidos sobre os recursos das empresas: credores e acionistas, definidos como stakeholders primários e os stakeholders secundários, que são as demais partes interessadas na atividade empresarial, tais como os funcionários, comunidade, consumidores, etc. Machado Filho (2006) estabelece que os direitos dos stakeholders secundários são menos estabelecidos em lei e mais baseados em compromissos éticos e relações de lealdade. Os principais stakeholders e seus interesses são sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Stakeholders e seus Respective Interesses na Empresa

(continua)

Stakeholders	Interesse na empresa
Acionistas	Informação e transparência; Maximização do valor da ação e dos dividendos.
Organizações financeiras	Solvência e liquidez.
Clientes	Qualidade, cumprimento de garantias, informação e transparência, atendimento e serviço pós-venda.
Administração Pública	Impostos e cumprimento da legislação.
Trabalhadores	Condições justas de trabalho, salário adequado, possibilidades de promoção e crescimento profissional, liberdade de associação e direitos de negociação, informação e transparência, igualdade de tratamento, horários definidos, segurança e saúde no trabalho.
Fornecedores e distribuidores	Condições justas nos contratos e colaboração.
ONGs e interesse específico	Há inúmeras ONGs que atuam em temas pontuais e que têm interesse nas atividades da organização. Podem ser ambientalistas, voltadas para os direitos humanos, as crianças, a questão do assédio moral, etc.
Comunidades locais	Criação de empregos e integração e desenvolvimento local e regional.

(conclusão)

Stakeholders	Interesse na empresa
Sindicatos	Os sindicatos têm como função defender os interesses dos trabalhadores. No entanto, as organizações sindicais têm outros propósitos que devem ser levados em consideração e que não estão diretamente vinculados à sua função explícita.
Imprensa	Para a mídia, de qualquer meio de veiculação, as empresas são foco de interesse, principalmente, pela importância de seu papel social. Nesse sentido, manter relações de transparência e cordialidade, facilitando a comunicação com os órgãos de imprensa, é fundamental para a imagem da empresa.
Órgãos defensores dos consumidores	Há um aumento da atividade dos órgãos de defesa dos consumidores em função do aumento da consciência das pessoas que passam a exigir melhores condições de atendimento e produtos melhores.
Empresas concorrentes	Concorrência leal e políticas setoriais.

Fonte: Dias (2012, p. 61-62).

2.1.5 Vantagens da Incorporação de Práticas de RSE pelas Empresas

Na perspectiva dos acionistas, segundo Ashley (2005), há questionamentos acerca do comprometimento da empresa com práticas que tenham como fundo a RSE, em razão dos custos que tal postura traria. No entanto, a autora traz diversas vantagens da adoção de uma postura socialmente responsável por parte das empresas com enfoque nos acionistas. Alguns desses benefícios são aumento da visibilidade da empresa, maior procura e valorização de suas ações, custo de capital mais baixo, preferência na alocação de recursos por parte de investidores, diferenciação pelos consumidores – que começam a dar preferência pelo consumo responsável –, maior inovação na criação de produtos, fortalecimento empresarial interno e sustentabilidade no negócio que se traduz em maiores retorno, valor e produtividade.

Há ainda vantagens para o mercado, pois por meio da gestão socialmente responsável, as empresas fornecem informações mais transparentes e facilitam o acesso a dados, o que atrai o interesse de investidores, pois o investimento se torna menos arriscado, além de dar maior segurança aos direitos societários e consequentemente valorizar as ações da empresa. (ASHLEY, 2005; GOLDSTEIN, 2007).

Na perspectiva dos clientes, o contexto econômico atual caracteriza-se por uma postura crítica dos consumidores, que têm, cada vez mais, expectativa de interagir com organizações que possuam uma postura ética, juntamente com boa imagem institucional no mercado, e que conduzam suas ações de forma ecologicamente responsável. (GOLDSTEIN, 2007; TACHIZAWA, 2015).

Para Sertek (2013), a maior facilidade de acesso a informações sobre qualidade de produtos e seus impactos no meio ambiente, tornou os consumidores mais exigentes em suas decisões de compra. Ainda segundo o autor, questões como trabalho infantil, trabalho escravo, saúde e segurança dos trabalhadores estão entre as preocupações dos consumidores ao escolherem o quê e de quem comprar.

Sendo assim, na perspectiva dos clientes, o que se espera é que as organizações ofereçam de maneira ética, eficaz e ecologicamente correta seus produtos e serviços, visto que a qualidade que a empresa oferece afeta diretamente a percepção que os consumidores têm da empresa, influenciando nas decisões de compra. Se não atendidos os pressupostos citados, os clientes podem preferir a concorrência. (DIAS, 2012).

Na perspectiva dos trabalhadores, a RSE traz práticas como adoção de códigos de conduta, políticas para qualidade de vida no trabalho, participação nos resultados da empresa, oportunidades iguais para todos os funcionários e incorporação de regras internacionais de conduta. Essas práticas elevam a imagem da empresa junto aos seus colaboradores, ajuda na atração e na retenção de profissionais qualificados. (ASHELY, 2005).

Segundo Dias (2012), uma postura inadequada da empresa em relação aos seus colaboradores pode levar a alta rotatividade de pessoal, baixa produtividade, denúncias e processos na justiça.

Na perspectiva dos fornecedores e distribuidores, a empresa socialmente responsável busca relacionar-se com organizações que possuam uma conduta adequada em toda sua cadeia de valor. Esse processo, de acordo com Ashley (2005), abrange uma seleção, capacitação e retenção de fornecedores que considerem os impactos de suas ações nas dimensões da RSE (ambiental, social e econômica). Uma das formas de verificar o atendimento desses requisitos é por meio de certificações e selos, que são formas de aferir se os processos das empresas respeitam os preceitos da responsabilidade social e ambiental, não prejudicando ou colocando em risco alguma parte envolvida.

De acordo com Dias (2012), além de assegurar que seus insumos são de origem sustentável, a postura socialmente responsável perante os fornecedores pode prevenir que a empresa receba insumos de baixa qualidade e que ocorram atrasos nas entregas das compras. Para assegurar uma boa relação com os fornecedores, é necessário que as empresas considerem que também são stakeholders de seus fornecedores, portanto, a relação deve ser de ganho mútuo, sinérgica e não buscar apenas vantagens para uma das partes. (MACHADO FILHO, 2006).

Na perspectiva da comunidade, segundo Ashley (2005), a empresa desenvolve ações variadas, podendo condicionar uma contribuição a uma causa social ao consumo de um produto, doando um percentual da receita dele, por exemplo. A organização também pode usar a mídia para captação de recursos junto a doadores, realizando campanhas periódicas ou pode criar uma fundação própria que desenvolva diretamente ou apoie projetos sociais.

Além dessas alternativas, a empresa pode criar uma inovação social, que é quando a organização realiza investimentos diretamente no desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, podendo ter como parceiros o governo e o terceiro setor. Um bom relacionamento com a comunidade evita a geração de conflitos e a perda de apoio social por parte da empresa. (DIAS, 2012; GOLDSTEIN, 2007).

Ainda no que tange à perspectiva da comunidade, segundo Perseguini (2015), as empresas ao adotarem a RSE como norteadora de suas práticas, devem ter especial cuidado no que se refere aos direitos de minorias e dos movimentos sociais. A autora cita grupos como o movimento indígena, o movimento negro, o movimento feminista e o movimento dos trabalhadores sem terras, como grupos de influência na sociedade, uns com mais e outros menos visibilidade, mas todos com pautas legítimas de lutas por direitos. Portanto, uma empresa socialmente responsável deve levar em conta demandas de grupos minoritários da sociedade em suas ações, a fim de não causar prejuízos ou desserviços a suas causas, o que pode resultar em processos, boicotes e prejuízos para sua imagem.

Englobando todas as perspectivas citadas, Ashley (2005) traz as orientações para accountability (prestação de contas) e para o ambiente natural. A prestação de contas busca garantir que as informações e os dados acerca do desempenho econômico, ambiental e social possuam transparência, confiabilidade e comparabilidade. As demonstrações desses resultados interessam a todas as partes

interessadas, visto que denotam a conduta da empresa, impactando nos interesses de todos os stakeholders. Essa dimensão impacta diretamente nas relações da empresa com o governo, que devem ser pautadas na correta conduta legal, seguindo toda a legislação municipal, estadual e federal. A postura correta diante do governo evita que a empresa seja punida com multas, sofra denúncias ou até mesma perca o direito de operar. (DIAS, 2012).

Quanto ao ambiente natural, “a responsabilidade social tem como objetivo a ecoeficiência, integrando fatores como tecnologia, recursos, processos, produtos, pessoas e sistemas de gestão”. (ASHLEY, 2005, p. 101). A organização também assume como sua função a gestão de conflitos entre os interesses distintos de governo, ruralistas, indústria, ciência e tecnologia e relações internacionais em torno da temática da gestão ambiental. Dessa forma a empresa buscará “atender às necessidades dos clientes, da matriz, de órgãos de financiamento e das seguradoras, bem como a licitações, ao cumprimento da lei e das exigências do setor de negócios”. (ASHLEY, 2005, p. 101).

De acordo com Dias (2012), a empresa que encara de forma responsável o meio ambiente, é aquela que não age de forma que esgote ou deteriore os recursos naturais, e dessa forma não possui conflitos com entidades governamentais e ambientalistas. A seguir, constam aspectos relacionados à formação do administrador no Brasil.

2.2 Formação do Administrador

Esta seção tem por objetivo apresentar um breve histórico do curso de Administração no Brasil e aspectos institucionais da formação do administrador previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que orientam, atualmente, os cursos de Bacharelado em Administração no país.

2.2.1 Breve Histórico do Curso de Administração no Brasil

De acordo com Carneiro (2015), a partir de 1930 com a expansão da indústria nacional, os empresários brasileiros começaram a sentir a necessidade de profissionalizar a gestão das grandes empresas do país. Segundo o Conselho Federal de Administração (CFA) (2018), a formação de administradores profissionais

era necessária, naquela época, pois a dinâmica produtiva do país estava em acelerada transformação e, dessa forma, era necessário que a gestão das empresas fosse realizada por uma mão de obra qualificada e preparada para guiar as organizações nesses processos de mudança.

Para atender a essas necessidades, de acordo com Barros (2017), a partir de 1931 o governo de Getúlio Vargas instituiu o primeiro curso de Administração e Finanças do Brasil, que poderia ser frequentado por alunos egressos do ensino comercial. O ensino comercial, ainda segundo Barros (2017), era uma modalidade de escola que formava estudantes nas áreas de Economia, Contabilidade e Administração, mas era tido como uma formação inferior às escolas de bacharéis em Medicina, Engenharia e Direito.

As diretrizes que guiaram o começo do ensino de Administração no Brasil foram fortemente influenciadas por modelos estrangeiros, que primordialmente tinham como objetivo estabelecer um cenário harmônico entre o capital e o trabalho, buscando diminuir os conflitos que já aconteciam em escala considerável no Brasil desde o início do século XX. (BARROS, 2017).

A partir da criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1952, o ensino de Administração no Brasil, segundo CFA (2018), começou a ter maior influência da escola americana de Administração em detrimento das influências europeias até então vigentes no país. A FGV foi responsável pela expansão das pesquisas e conhecimentos na área da Administração, por meio de parcerias com universidades americanas, onde seus professores se especializavam. A instituição se tornou referência para o ensino de Administração no Brasil e teve papel importante na modernização das técnicas de gestão das empresas brasileiras nas décadas seguintes. (CFA, 2018).

De acordo com Carneiro (2015), foi a partir da regulamentação da profissão e da instituição de um currículo mínimo em 1966, que começou a expansão de cursos de Administração pelo Brasil. Ainda segundo o autor, na década de 70, haviam 247 cursos de Administração no Brasil, já em 2013 haviam 2211 cursos. Essa estatística denota a grande ampliação que o ensino de Administração teve e o coloca como um dos cursos com mais ingressantes, matriculados e concluintes. De acordo com Censo da Educação Superior de 2016 (INEP, 2016), o curso de Administração é o segundo curso do país com mais ingressantes, somando 9,6% do total e o segundo com mais concluintes, totalizando 11,5% do total de formandos no país em 2016.

2.2.2 Aspectos Institucionais da Formação do Administrador

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Bacharelado em Administração (DCN), resolução nº 4 de 13 de julho de 2005, a formação do administrador consiste num conjunto de questões políticas, pedagógicas e formativas que perpassam a importância da gestão, organização, Administração, Economia, das técnicas e dos conhecimentos científicos. (BRASIL, 2005). Esse documento destaca que as instituições de Ensino Superior têm a importante tarefa de conduzir uma formação que leve o bacharelado a desenvolver competências e habilidades necessárias para que consiga desempenhar com eficácia suas tarefas enquanto administrador. Dentre elas, destacam-se, segundo Brasil (2005):

- a) Reconhecer e definir problemas, encontrar soluções por meio do pensamento estratégico e exercer em diversos graus a tomada de decisão;
- b) Desenvolver, nos processos de negociação e comunicação interpessoal e grupal, expressão e comunicação de acordo com o exercício profissional;
- c) Compreender seu papel na estrutura de produção sob seu controle e gerenciamento, refletindo e atuando criticamente sobre os processos;
- d) Desenvolver capacidade de adaptação ao ambiente mutável, ter iniciativa, criatividade, determinação e ser aberto às mudanças;
- e) Elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;

De acordo com Carneiro (2015), essas competências e habilidades têm como objetivo estabelecer um conjunto de elementos essenciais para que o profissional administrador consiga desenvolver um perfil atento ao mundo do trabalho e às demandas atuais e futuras que emergem da profissão. Essas demandas, ainda segundo o autor, se constituem em práticas que emergem no cotidiano do profissional, se mostrando em torno de problemáticas que requerem do administrador conhecimentos que contribuam para a resolução de situações diversas. Por exemplo, pode-se mencionar uma empresa que se encontra em situação delicada que requer redução de custos para que se possa retomar sua estabilidade financeira. Apesar de ser um exemplo genérico, esse tipo de questão é corrente em muitas empresas, e, para cada situação em específico, requer atitudes diferentes para que se possa resolvê-la. (CARNEIRO, 2015).

Nesse sentido, os cursos de Administração, precisam adotar uma perspectiva generalista, respeitando as competências e habilidades mínimas segundo as DCN (BRASIL, 2005), de modo a contemplar uma formação multifacetada, com olhar para as diversas situações que o futuro administrador terá de confrontar como gestor de empresas. (CARNEIRO, 2015).

De modo a reforçar a organização institucional dos cursos de Administração, as DCN apontam para a necessidade de Projetos Políticos de Curso (PPC), os quais devem apresentar os objetivos a serem atingidos na formação do administrador, a personalização e os enfoques que o curso propicia para essa formação, as relações institucionais que corroborem uma aproximação limiar entre teórico e prático. (CARNEIRO, 2015). Os PPC devem institucionalizar uma organização nos cursos de Administração de 2700 horas, as quais devem compor um cenário formativo que contemple conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional e conteúdos de estudos qualitativos e suas tecnologias, além de conteúdo de formação complementar. (BRASIL, 2005). O Quadro 2 destaca os referidos conteúdos da formação dos cursos de Administração.

Quadro 2 - Conteúdos de Formação do Curso de Administração

Formação	Conteúdos
Formação Básica	Relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
Formação Profissional	Relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da Administração e das organizações e a Administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	Abrangem pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração;
Formação Complementar	Estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Fonte: Brasil (2005, p. 3-4).

Esses conteúdos, segundo Lopes (2006), devem se estruturar em componentes curriculares de forma dinâmica e conexa, para subsidiar um conjunto de conhecimentos ligados às mudanças que ocorrem no meio social, fugindo de vinculação única e exclusiva às técnicas de aplicação subdivididas num curso de Ensino Superior. Nessa perspectiva, as questões práticas da formação acadêmica do futuro profissional devem estar atreladas às relações teóricas que são estabelecidas no curso de Administração, de modo a contemplar um desenvolvimento profissional conectado às reais situações que podem ser vivenciadas dentro de uma empresa. (LOPES, 2006). Além disso, é necessário estabelecer um conjunto de conteúdos que esteja conduzindo uma formação cada vez mais próxima de atender as competências e habilidades mínimas, conforme as DCN. (BRASIL, 2005).

Segundo Lopes (2006), os cursos de Administração devem estabelecer alguns atributos indispensáveis ao futuro administrador, como: a compreensão das complexidades, internas e externas, das organizações, com o objetivo de conduzir ao sucesso das propostas a serem formuladas pelo profissional; conhecimento técnico, teórico e de liderança para conduzir as práticas relacionadas a essas complexidades; flexibilização para decidir, promover, ajustar, compor e estruturar planos frente às mudanças organizacionais. Ainda segundo esse autor, esses pressupostos mínimos estão na visão generalista de formação do futuro administrador, pois é a partir deles que se deseja estruturar, no acadêmico, um perfil capaz de resolver e solucionar problemas vinculados às suas atividades, seja enquanto administrador, líder ou estrategista.

Carneiro (2015) e Lopes (2006) destacam que, considerando uma visão contemporânea das dinâmicas que se constroem no ambiente de trabalho, é importante que, cada vez mais, novas configurações sejam adicionadas à formação do profissional e, nesse sentido, viabilizem a ruptura de uma formação linear. Para isso, os autores apontam que é necessário criar um diálogo formativo, que consiste na disponibilidade dos professores que lecionam em cursos de Administração intercalarem a teoria e a prática.

A seguir, buscou-se as formas como a Responsabilidade Social Empresarial e temas relacionados a essa temática se inserem na formação do administrador.

2.3 Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador

Nesta seção, apresentam-se aspectos teóricos sobre a abordagem da Sustentabilidade no ensino superior e sobre a abordagem da Sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador.

2.3.1 Abordagem do Tema Sustentabilidade no Ensino Superior

De acordo com Venzke e Nascimento (2013), a colaboração dos sistemas educacionais para a geração de conhecimento, na sustentação de ações e elaboração de estratégias para tornar possível o desenvolvimento sustentável constitui uma das grandes discussões relacionada ao tema da sustentabilidade socioambiental. Segundo Macedo, Freitas e Guerra (2013), a formação de pessoas e profissionais preocupados com os problemas socioambientais deve ser uma das responsabilidades das instituições de ensino superior.

Tal visão é reforçada por diversos documentos de encontros internacionais sobre o clima e o meio ambiente como Rio+10, Rio+20 e Agenda 21. (FRANCO, 2015). Esses documentos recomendam a educação como meio de promover o desenvolvimento sustentável, por meio da inserção das problemáticas socioambientais em discussões nas salas de aula. A Agenda 21, segundo Brunnquell (2013), é considerada um avanço no sentido de incentivar educadores a impulsionar práticas educacionais em consonância com o desenvolvimento sustentável, visto que propõe uma discussão específica acerca da educação:

[...] a proposta de um esforço global para fortalecer atitudes, valores e ações que sejam ambientalmente saudáveis e que apoiem o desenvolvimento sustentável por meio da promoção e reorientação do ensino, do aumento da conscientização pública e da promoção do treinamento, declarando a necessidade de se utilizar, também, métodos pedagógicos não-convencionais, com o propósito de educar para sustentabilidade. (BRUNNQUELL, 2013, p. 18).

Nesse sentido, a fim de propor uma visão de mundo onde todos possuam oportunidade de desfrutar da educação e de aprender valores, comportamentos e modos de vida compatíveis com um futuro sustentável e para a transformação positiva da sociedade, a Unesco propôs um plano de ação por meio de uma agenda chamada Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) que

propôs um plano de ação composto por uma série de recomendações de iniciativas e práticas a serem desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2015. (UNESCO, 2005).

Nesse plano de ação, uma das prioridades levantadas é o ensino, integrado e interdisciplinar, que aborde as questões de desenvolvimento sustentável. Para isso, propõe-se por meio de métodos variados, o desenvolvimento do pensamento crítico e resolutivo dos indivíduos, com a intenção de proporcionar questionamentos acerca da situação atual e das possibilidades para melhorar os relacionamentos entre as dimensões social, ambiental e econômica da sociedade moderna. (UNESCO, 2005). Essa proposição está de acordo com o que expõem Gonçalves-Dias et al. (2009) e Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) acerca da abordagem da sustentabilidade no ensino superior, no que se refere à necessidade dessa formação contemplar as temáticas socioambientais.

Mais especificamente, o documento elaborado pela Unesco propõe incluir as questões centrais do desenvolvimento sustentável em iniciativas de ensino e aprendizagem, mediante um ensino participativo e apoiado em uma metodologia de aprendizagem que motive e capacite os alunos a mudar seus comportamentos. O documento ainda recomenda que a aprendizagem voltada para o desenvolvimento sustentável deve integrar o currículo como um todo ao invés de se constituir apenas em disciplinas isoladas. Dessa forma, favorece-se o pensamento crítico e a solução de problemas na medida que se recorre a diferentes métodos de ensino e posiciona os alunos como participantes do processo de tomada de decisões. (UNESCO, 2005).

Para isso, é necessário que a educação para o desenvolvimento sustentável provenha de uma abordagem educacional renovada, além de novos espaços de aprendizagem. Tais espaços incluem educação formal, capacitação de docentes, treinamento técnico e profissional, educação superior, entre outros.

Nesse sentido, as universidades se constituem em atores e parceiros que desenvolvem a educação para a sustentabilidade, sendo essas instituições importantes para o desenvolvimento de alianças e geração de conhecimentos, na medida que promovem competências duradouras para a comunidade universitária e possibilitam a aplicação dessas habilidades na realidade de cada indivíduo, contribuindo assim para a sustentabilidade. (VENZKE; NASCIMENTO, 2013; UNESCO, 2005).

Uma das fontes para o projeto Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) é a qualificação de docentes, tendo em vista que essa capacitação é um fator fundamental para despertar os interesses dos alunos, fazendo com que reconheçam as questões relativas ao desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a forma como o docente dissemina o conhecimento impacta na maneira como os alunos entendem o desenvolvimento sustentável. (FRANCO, 2016; UNESCO, 2005).

A educação como forma de promover o desenvolvimento sustentável também consta na Agenda 2030 da ONU, que estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um desses objetivos é “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p. 23). Esse objetivo possui desdobramentos em metas, uma das metas específicas sobre a educação como forma de promoção do desenvolvimento sustentável visa:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 23).

Dessa forma, reconhece-se mais uma vez a educação como importante instrumento de transformação, capaz de promover as mudanças necessárias para a transição de um modelo de desenvolvimento produtivista-consumista para um modelo sustentável. A Agenda 2030 ainda traz como objetivo “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (ONU, 2015, p. 32) e como desdobramento desse objetivo estabelece “Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima”. (ONU, 2015, p. 32). Assim, mais uma vez, estabelecendo a educação como instrumento da promoção do desenvolvimento sustentável e como meio de instituir a mudança já urgente no modelo de produção e consumo vigente.

De acordo com Dias (2017), para a construção de um desenvolvimento sustentável, são necessárias a conscientização e a participação de todos os setores da sociedade. Nesse sentido, Silva et al. (2013) apontam que a mudança de

comportamentos por meio da conscientização é fundamental para alterar os padrões atuais de produção e consumo. Sendo assim, verifica-se que para uma nova visão emergir é necessário um processo de mudança na responsabilidade tanto de produtores quanto de consumidores. Nessa concepção, a educação emerge como meio de transformação, na medida que sensibiliza e estimula o indivíduo a exercer seu papel de consumidor-cidadão. (SILVA et al., 2013).

Tal visão, segundo Venzke e Nascimento (2013), foi reforçada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que, ao editar a Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ainda segundo os autores, neste documento, reconhece-se a importância da educação ambiental para a transformação do cenário atual de degradação ambiental e social. Ainda nessa resolução, o CNE reforça que o tema socioambiental deve ser componente integrante, essencial e permanente na educação brasileira e deve estar presente no ensino superior, devendo as instituições de ensino promovê-lo de maneira integrada em seus projetos institucionais e pedagógicos.

2.3.2 Abordagem do Tema Sustentabilidade nos Cursos de Administração

Seguindo a premissa da importância da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável, a abordagem da sustentabilidade nas instituições de ensino superior, e especialmente nos cursos de Administração tem sido cada vez mais incentivada, tendo em vista a maior preocupação com a formação de estudantes com habilidades e conhecimentos necessários para colocarem a preocupação com o desenvolvimento sustentável no centro de suas decisões de gestão. (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Um aspecto que influencia essa preocupação, segundo Barbieri e Silva (2011), é a noção de que grande parcela dos problemas socioambientais se deve a conduta de administradores e empresários. Nessa perspectiva, os autores consideram que as empresas se situam no centro dos problemas socioambientais, seja pelo modo de produção de bens e serviços, seja pelo estímulo ao consumismo.

Nesse sentido, tendo em vista que as mudanças em direção ao desenvolvimento sustentável precisam estar presentes no ambiente empresarial, tem-se que a abordagem do tema sustentabilidade nos cursos de bacharelado em Administração fornece uma base à tomada de decisão consciente por parte do futuro

administrador. (GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013). Dessa forma, de acordo com Silva et al. (2013), para que o processo de decisão nas empresas seja realizado considerando os preceitos da sustentabilidade é necessária a formação de profissionais administradores com postura crítica e reflexiva.

Nessa perspectiva, Kuzma et al. (2016) estabelece que

A tomada de decisões no ambiente corporativo requer a articulação dos elementos ligados à dimensão social e ambiental, além da consideração do lucro e da viabilidade econômica. A inserção das pessoas como determinantes no processo decisório, além dos fatores ligados ao meio ambiente, pela preservação e uso eficiente de recursos e conservação da fauna, flora e recursos hídricos, promove e instrumentaliza na prática a sustentabilidade. (KUZMA et al., 2016, p. 148).

Dessa forma, tem-se que a formação de administradores possuidores de conhecimentos sobre a temática da sustentabilidade colabora para a internalização e o envolvimento das organizações com essa questão, e assim as empresas podem passar a desenvolver processos produtivos e práticas empresariais que considerem as partes envolvidas e o meio natural, além do aspecto financeiro. (KUZMA et al., 2016; GONÇALVES-DIAS et al., 2009). Sendo assim, a mudança e a adaptação das empresas às novas exigências relacionadas à temática da sustentabilidade passam pela existência de profissionais técnica e intelectualmente capacitados para lidar com essa temática. (KUZMA et al., 2016). Nesse sentido,

Novos saberes, práticas, posturas e aprendizados são necessários à formação de administradores, gestores e líderes, de modo que se estimule uma visão diferenciada frente ao estímulo do consumo, exploração de recursos naturais, competição de mercados, colaboração entre parceiros e estabelecimento de relações éticas nas estruturas de poder. A educação com foco em sustentabilidade é baseada, portanto, na constituição de um pensamento complexo, que se edifique pela interdisciplinaridade como meio de instituir saberes e posturas diferenciadas, que efetivamente demonstrem preocupação com o caminho trilhado pela sociedade. (KUZMA et al., 2016, p. 148).

No entanto, de acordo com Gonçalves-Dias et al. (2009), ainda há grandes desafios no que se refere à abordagem da sustentabilidade na formação de administradores. Esses desafios vão além dos relativos à compreensão do comportamento e do processo de construção da consciência ambiental entre os futuros administradores, pois, além desses se apresentam desafios “quanto ao desenvolvimento de propostas didático-pedagógicas que possam fazer avançar o ensino-aprendizagem em gestão.” (GONÇALVES-DIAS et al., 2009).

Nesse sentido, há uma discussão de quais práticas didático-pedagógicas seriam efetivas na abordagem da sustentabilidade, considerando a formação de administradores. As propostas em geral se baseiam em três formas de abordagem: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. (BARBIERI; SILVA, 2011; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012; JACOBI; RAUFFLETT; ARRUDA, 2011).

A multidisciplinaridade, de acordo com Barbieri e Silva (2011) se constitui em uma reunião de disciplinas em que cada uma não perde identidade própria, métodos, teorias e pressupostos, portanto,

Na perspectiva multidisciplinar, um mesmo tema ou objeto é estudado sob o enfoque de diversas disciplinas, sem que com isso, se forme um diálogo entre elas. A multidisciplinaridade pode ocorrer sem que se estabeleça um nexos entre os seus agentes, pois cada disciplina continua vendo e tratando o seu objeto com seus próprios critérios sem se preocupar com qualquer outro. (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 147).

Já a interdisciplinaridade diz respeito ao que se situa entre as disciplinas, portanto mais que uma reunião de disciplinas, é uma interação entre elas que objetiva uma conexão. Dessa forma, segundo Barbieri e Silva (2011), ocorre a transferência de objetivos, métodos e conteúdos entre as disciplinas e essas conexões permitem obter um conhecimento abrangente, diversificado e unificado. Nessa perspectiva, Demajorovic e Silva (2012) indicam a necessidade de implementar práticas pedagógicas em cursos de nível superior que transpassem os limites do conhecimento técnico fragmentado e da forma como o ensino individualizado e específico de cada disciplina se propõe, e dessa forma, será possível estabelecer um ensino global e contínuo que privilegie o diálogo com as outras disciplinas do currículo, constituindo assim um ensino interdisciplinar.

No que se refere à transdisciplinaridade, essa se constitui de uma “[...] estratégia que busca teorias e métodos comuns às disciplinas em um nível mais elevado de integração”. O prefixo trans refere-se ao que está ao mesmo tempo, ‘entre’, ‘através’ e ‘além’ das disciplinas. (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 148).

Em um artigo que trata dos desafios da inclusão do tema sustentabilidade nos currículos dos cursos de Administração, Demajorovic e Silva (2012) fazem uma análise da proposta pedagógica de um curso de Administração com linha de formação específica em gestão ambiental. Nesse curso, a estrutura curricular exigia que as disciplinas dialogassem com as questões da sustentabilidade, abordando de

forma multidisciplinar as ciências administrativas e socioambientais, fazendo conexões com diferentes campos do conhecimento.

No entanto, os autores observaram que parte dos alunos apresentava noções superficiais em conceitos de Administração, quando comparados aos cursos tradicionais. Essa lacuna, segundo os autores, se deve ao fato de alguns professores focarem apenas na sustentabilidade e abordarem insuficientemente os conteúdos essenciais das disciplinas de Administração. Como consequência disso, Demajorovic e Silva (2012) apontam que os cursos tradicionais deixem de abordar a sustentabilidade de forma transversal e contínua nas disciplinas de Administração e passe-se a tratar a temática de forma isolada, a fim de que não ocorra uma sobreposição de conteúdos que prejudique a formação do aluno.

Entretanto, Demajorovic e Silva (2012) estabelecem que a conexão, a colaboração e o diálogo entre os diversos campos do conhecimento são formas de construir uma formação interdisciplinar, considerando a interdisciplinaridade como base integradora efetiva dos conteúdos disciplinares e como resposta aos desafios econômicos e socioambientais de uma sociedade cada vez mais complexa. Como conclusão do estudo, confirmou-se que o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares corrobora para a formação de administradores mais comprometidos com a questão da sustentabilidade. (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

Apesar das abordagens citadas, Fazenda (2011) cita que o ensino ainda é estruturado em áreas de conhecimento especializadas e em disciplinas tradicionais. Dessa forma, o aprendizado é fragmentado e os docentes não são encorajados a conectar seu trabalho com outras disciplinas e trabalhar de forma interdisciplinar. Nesse contexto, a sustentabilidade é vista de forma separada e não integrada. (FAZENDA, 2011).

Nessa perspectiva, Barbieri e Silva (2011) afirmam que a multidisciplinaridade já apresenta dificuldades de implementação nas escolas de nível superior, o que torna a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade ainda mais difíceis de serem alcançadas. No que se refere à formação de administradores, Demajorovic e Silva (2012) apontam que os objetivos dos cursos de Administração ainda continuam privilegiando uma formação voltada estritamente para lucratividade e produtividade, sem abranger as práticas de ensino citadas.

Uma justificativa para essa realidade, segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), pode ser a estrutura curricular atual das universidades, visto que a promoção

da interdisciplinaridade como premissa para a educação para sustentabilidade encara muita resistência nas instituições de ensino, tanto por razões de ordem administrativa, como pela resistência de docentes formados com visão disciplinar em se engajarem com a interdisciplinaridade e com formas de abordagem mais práticas relacionadas à educação para sustentabilidade. Apesar dessa resistência, Gonçalves-Dias et al. (2009) trazem que as abordagens tradicionais adotadas pelos professores dos cursos de Administração, às quais os alunos estão habituados, precisam ser modificadas para que a aprendizagem das questões ligadas à sustentabilidade ocorra de forma satisfatória.

Nesse sentido, Barbieri e Silva (2011) e Demajorovic e Silva (2012) sustentam que a abordagem do tema sustentabilidade no ensino superior e no curso de Administração ainda é incipiente e feita de forma disciplinar e isolada, apesar da existência de previsão, por resoluções internacionais e leis, da incorporação efetiva desse assunto na formação dos alunos de ensino superior.

Nesse contexto, a importância da abordagem da sustentabilidade para a formação acadêmica e profissional do administrador justifica-se pela necessidade de educar cidadãos conscientes de suas responsabilidades enquanto agentes de mudança dentro e fora das empresas. Sendo assim, surge a necessidade de se abordar o tema Responsabilidade Social Empresarial na formação do administrador, visto que esse tema compõem o conjunto do que se denomina sustentabilidade, já que, segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), a sustentabilidade busca um modo de resistir, durar e que promova um bem-estar contínuo levando em consideração suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, preocupações que também compõem o conceito e as práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

2.3.3 Abordagem do Tema Responsabilidade Social Empresarial nos Cursos de Administração

Em 2005, o CNE, através da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, que devem ser seguidas por todas as instituições de Ensino Superior, que ofertem esse curso. (BRASIL, 2005).

De acordo com essa resolução, o perfil que se almeja do formando do curso de Administração é o que tenha a capacidade e a aptidão para compreender as

questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, levando em consideração os níveis graduais do processo de decisão. Ainda segundo a resolução, o administrador deve ter capacidade de desenvolver o gerenciamento qualitativo e adequado, assimilando novas informações, além de apresentar flexibilidade intelectual e adaptabilidade a contextos de situações diversas, sejam presentes ou emergentes, em vários segmentos do campo de atuação do administrador. (BRASIL, 2005).

Considerando essas disposições, pode-se citar como contextos emergentes, que demandam uma formação para a compreensão das questões levantadas, as temáticas relacionadas à Responsabilidade Social Empresarial, cada vez mais presentes na gestão das empresas e nos anseios da sociedade. (DIAS, 2012; TACHIZAWA, 2015).

De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2016 (INEP, 2016), o curso de Administração foi o segundo curso com o maior número de ingressantes, matriculados e concluintes em 2016. O curso apresenta um total de 11,5% dos concluintes de ensino superior no Brasil (INEP, 2016). Esse dado mostra que a abordagem de temáticas como sustentabilidade e RSE em cursos de Administração é de suma importância, tendo em vista que esse número expressivo de profissionais estará atuando nas tomadas de decisões das organizações, podendo influenciar na maneira como essas lidam com as questões socioambientais por meio de proposição de práticas referentes à RSE. Nesse sentido, de acordo com Franco (2016), a formação de gestores que tenham noção de seu papel como tomador de decisão consciente se torna ainda mais relevante quando se tem esses números significativos de profissionais em formação e egressos a cada ano.

Tal visão é reforçada por Macedo, Freitas e Guerra (2013), para quem as temáticas da sustentabilidade e da responsabilidade social devem estar presentes na formação dos administradores e nos projetos pedagógicos das instituições de ensino superior. Nesse sentido, segundo Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), a proposição da inserção de práticas de RSE nas atividades da empresa advém de profissionais que em algum momento tiveram contato com o tema em sua formação.

Esta constatação é, de acordo com Franco (2016), em decorrência de a empresa ser constituída por indivíduos, e, portanto, os ideais éticos, valores e crenças pessoais desses interferem na tomada de decisão da organização. Dessa forma, os valores das pessoas que trabalham nas empresas podem contribuir para

criação e manutenção de práticas socioambientais responsáveis, portanto, gestores que tenham valores compatíveis com as demandas socioambientais podem promover esse tema nas tomadas de decisões organizacionais. (FRANCO, 2016; GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013; MACEDO; FREITAS; GUERRA, 2013).

No entanto, mesmo que os profissionais administradores tenham intenção e capacidade para promover as práticas de RSE, ainda há obstáculos para que algumas empresas adotem uma postura socialmente responsável. Um deles é a visão de que promover ações nesse sentido traria custos adicionais para a organização. Entretanto, essa visão é considerada ultrapassada, tendo em vista que a RSE pode funcionar como um investimento da empresa, que obtém retornos em vantagem competitiva, fruto de seu esforço em áreas de inovação, tanto de produto como de processo, melhora da relação com seus públicos, aumentando o valor da sua marca e valorizando sua imagem corporativa. (ASHLEY, 2005; MACHADO FILHO, 2006; TACHIZAWA, 2015).

Dessa forma, ao adotar uma gestão socialmente responsável, há uma visão integradora das ações da empresa, que considera uma visão complexa da relação da organização com todas as partes interessadas afetadas pelo negócio. (SILVA et al., 2013).

Apesar disso, de acordo com Costa et al. (2013), a abordagem dos cursos de Administração ao tema RSE ainda possui diversas lacunas. Essas lacunas se devem às dificuldades citadas decorrentes da visão de que a assunção da RSE por parte das empresas não traria retornos lucrativos, o que também acabou por influenciar uma abordagem superficial no ensino de Administração, que historicamente priorizou a busca pelo lucro empresarial e por maneiras já consagradas de gestão, que privilegiem o enriquecimento individual dos proprietários das empresas.

Considerando a importância da RSE para o desenvolvimento sustentável e as vantagens que a sua adoção por parte das empresas traz para os negócios, uma proposta de inserção do tema da RSE no currículo do curso de Administração, de acordo com Barbieri e Silva (2011), se constitui através de um tratamento transversal que aborde os temas da RSE nas diversas disciplinas oferecidas pelo curso. Ainda de acordo com os autores, essa proposta pretende fazer com que a preocupação socioambiental penetre nas disciplinas básicas, instrumentais e de formação

profissional, a fim de que o futuro administrador considere o meio ambiente e a sociedade em todas as suas decisões como gestor.

Nesse sentido, a dificuldade da inserção da temática RSE nos cursos de Administração também se refere ao modo como o assunto é abordado, frequentemente de maneira isolada, onde não são realizadas as devidas interrelações que o assunto requer. Dessa forma, entende-se que o maior problema dos programas de ensino em Administração atualmente, no que diz respeito ao tema da RSE, refere-se abordagem estanque e a falta de relação do conteúdo com a realidade dos alunos. (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012; FRANCO, 2016; SILVA et al.; 2013).

Para que esse contexto mude, há de se considerar o papel do educador como fundamental, decisivo e estratégico na formação de alunos com posicionamento crítico e consciente diante dos problemas socioambientais. Além disso, tem-se que o tratamento transversal da temática RSE, como é considerado eficaz, só poderá ser uma realidade se houver profissionais que conheçam a temática em nível elevado, indo além dos conhecimentos básicos das disciplinas ministradas. (BARBIERI; SILVA, 2011; GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

De acordo com Serao et al. (2017), há uma necessidade de formação de profissionais administradores que tenham capacidade de agir com responsabilidade social, econômica e ambiental, dimensões que, de acordo com Dias (2012), compõem o conceito e as práticas de RSE. No entanto, em pesquisa realizada por Serao et al. (2017) com alunos, professores e coordenadores do curso de graduação em Administração, em instituições públicas e privadas, do estado do Rio de Janeiro, verificou-se que existe uma visão, por parte de algumas instituições de que o tema RSE não precisa ser abordado em seus cursos.

Tal visão, de acordo com Serao et al. (2017), decorre da estrita preocupação em atender a demandas do mercado de trabalho, que historicamente priorizou profissionais administradores com perfil técnico e voltados a interesses exclusivamente econômicos. No entanto, ainda segundo os autores, essa visão vem mudando e as empresas começam a buscar profissionais com perfil voltado para práticas sociais e que enxerguem as necessidades da sociedade como parte integrante das atividades empresariais. Essa constatação também é feita por Macedo, Freitas e Guerra (2013), para quem existe uma carência de profissionais

voltados para as práticas socioambientais responsáveis, dificultando a busca das empresas por esse tipo de pessoal.

Dessa forma, reforça-se a importância da abordagem do tema RSE para a formação de administradores conscientes de seu papel social, que incorporem práticas socialmente responsáveis em suas ações, considerando que essas práticas também trazem além de benefícios para a sociedade, diversas vantagens para as empresas. (TACHIZAWA, 2015; GOLDSTEIN, 2007).

Após a fundamentação teórica apresentada apontando os principais conceitos relacionados ao tema desta pesquisa, apresenta-se, no próximo capítulo, a metodologia utilizada nesta investigação.

3 METODOLOGIA

Este capítulo delinea o método de pesquisa, a unidade de caso e indica as técnicas de coleta de dados e de análise de dados utilizadas. No final, descreve algumas limitações que o método apresentou na pesquisa.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Nesta pesquisa, se utilizou o estudo de caso, que de acordo com Yin (2015, p. 17) é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.”

Pode-se ainda, segundo Yin (2015), definir o método de acordo com suas características, tais como o maior número de variáveis do que pontos de dados, o que leva a busca de múltiplas fontes de evidência e posterior convergência dos dados de maneira triangular e a orientação da coleta e da análise de dados a partir das proposições teóricas. Dessa forma, o estudo de caso constitui-se de um método abrangente que cobre “[...] a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e as abordagens específicas à análise de dados”. (YIN, 2015, p. 18).

De acordo com Gil (2014, p. 57-58), o estudo de caso pode ser caracterizado como sendo um “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. O estudo de caso é um método que pode servir a diferentes propósitos, tais como explorar situações da vida real em que os limites não se apresentam nitidamente definidos, descrever a situação contextual em que está sendo realizada determinada investigação e explicar as variáveis causais de um dado fenômeno em situações demasiadamente complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2014).

Portanto, o estudo de caso foi escolhido como método de pesquisa pois é o método que permitiu atingir os objetivos da pesquisa ao proporcionar a obtenção de “[...] perspectivas múltiplas de uma única organização, situação, evento ou processo em um ponto no tempo ou por um período.” (COOPER; SCHINDLER, 2016). Além disso, o estudo de caso, nesse trabalho permitiu, concordando com o que dispõe Cooper e Schindler (2016), maior profundidade em uma determinada perspectiva

visto que se pôde abordar sujeitos da pesquisa que representam diferentes visões da mesma situação ou processo.

Esta pesquisa se classifica como qualitativa descritiva pois tem como objetivo descrever características de determinada unidade de caso, neste trabalho, o curso de Administração da Unisinos. Segundo Gil (2010), pesquisas descritivas podem ter como objetivo o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de determinados sujeitos, encaixando-se, portanto, com os objetivos propostos por esta investigação no que se refere à percepção docente. Já a pesquisa qualitativa, segundo Yin (2016) possui as seguintes características que baseiam esta pesquisa: representar as opiniões e perspectivas dos sujeitos de um estudo e possibilitar o uso de múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

Essa variedade de fontes na pesquisa qualitativa se dá em decorrência de ter que estudar um ambiente da vida real e seus participantes. A complexidade do ambiente de campo e a diversidade de seus participantes justificam o uso de entrevistas e observações e mesmo a inspeção de documentos, dessa forma, as conclusões do estudo se baseiam na triangulação dos dados dessas fontes. Essa convergência elevará a credibilidade e a confiabilidade do estudo. (YIN, 2016).

3.2 Unidade de Caso

A unidade de caso desse estudo foi o Curso de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Essa unidade foi escolhida pois se trata de um curso que forma gestores de organizações, que assumindo esse papel podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do país através da promoção de práticas de RSE dentro das organizações (A relevância da abordagem do tema RSE na formação de administradores foi exposta na seção 2.3 deste trabalho). Além disso, a Unisinos é uma universidade com mais de 31 mil alunos e se propõe à formação humanística dos discentes, conforme as disposições institucionais expostas no item 4.1.

Especificamente quanto ao curso de Administração, o site da universidade expõe que neste curso, entre outras competências, o aluno será preparado para diferenciar-se pela postura ética e crítica e pela preocupação com a sustentabilidade, além de formar o profissional responsável pelo planejamento e execução de ações que visem o melhor aproveitamento de recursos financeiros,

humanos ou materiais, a fim de maximizar os resultados das organizações e promover impacto positivo na sociedade e no ambiente. (UNISINOS, 2018). Dessa forma, fica evidente o discurso da instituição quanto ao compromisso em relação à formação voltada para conscientização sobre sustentabilidade e responsabilidade social das organizações.

Os sujeitos da pesquisa são 12 professores do curso de Administração da Unisinos. A escolha desses sujeitos se deu porque eles são parte da formação dos alunos, futuros administradores, e possuem, de acordo com Franco (2016) e Unesco (2005), a capacidade de despertar nos discentes o interesse pelas questões de RSE, através da inserção desse assunto nos conteúdos de suas aulas. A seguir, constam aspectos gerais sobre o curso de Administração da Unisinos e a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

3.2.1 O Curso de Administração da Unisinos

Os dados a seguir apresentados referem-se ao curso de Administração Bacharelado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Habilitação 002 – Matriz Curricular 002, ofertado no campus São Leopoldo, modalidade presencial, com reconhecimento pelo Decreto 75.577/1975 - DOU 09/04/1975; Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC 272/2017 - DOU 04/04/2017. Esse curso está vigente até o semestre 2018/2, visto que a partir do semestre 2019/1, a universidade ofertará um curso diferente do apresentado neste tópico.

O curso tem duração de 184 créditos, sendo composto por 3.168 horas-aula e 360 horas de atividades complementares, o tempo mínimo de duração do curso é 4 anos e o máximo é 8 anos.

A grade curricular é dividida em três módulos que totalizam oito semestres.

O Módulo I é composto por 10 atividades acadêmicas comuns e 4 eletivas, sendo ao aluno facultado a escolha de 2 entre as 4 eletivas para cursar.

O módulo II é composto por 21 atividades acadêmicas comuns e 4 eletivas, sendo ao aluno facultado a escolha de 2 entre as 4 eletivas para cursar.

O módulo III é composto por 4 atividades acadêmicas comuns, entre elas o Estágio Obrigatório Supervisionado com carga horária de 348 horas e as duas atividades de Trabalho de Conclusão de Curso, I e II. O Módulo III ainda é composto por 5 atividades acadêmicas optativas, as quais o aluno pode escolher entre 27

opções, divididas em 5 grupos das seguintes áreas: Finanças, Marketing, Operações e Logística (essas três áreas possuem 5 atividades optativas cada) e Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional (essa área possui 6 atividades optativas). O 5º grupo de atividades optativas denominado de Outras Atividades Optativas possui 6 atividades de áreas diversas. A estrutura curricular do Curso de Administração Bacharelado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Habilitação 002 – Matriz Curricular 002 está sintetizada no Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese da Estrutura Curricular

Módulo	Atividades ofertadas	Atividades obrigatórias (Número)
I	10 atividades acadêmicas comuns;	10
	4 atividades acadêmicas eletivas;	2
II	21 atividades acadêmicas comuns;	21
	4 atividades acadêmicas eletivas;	2
III	4 atividades acadêmicas comuns;	4
	27 atividades acadêmicas optativas;	5
	Atividades acadêmicas de livre escolha (o número ofertado varia conforme o semestre, pois podem ser aproveitadas quaisquer atividades acadêmicas realizadas na universidade que estejam de acordo com a carga horária de 60h);	2
Total	70* *Mais o acréscimo das atividades de livre escolha que varia conforme o semestre.	46

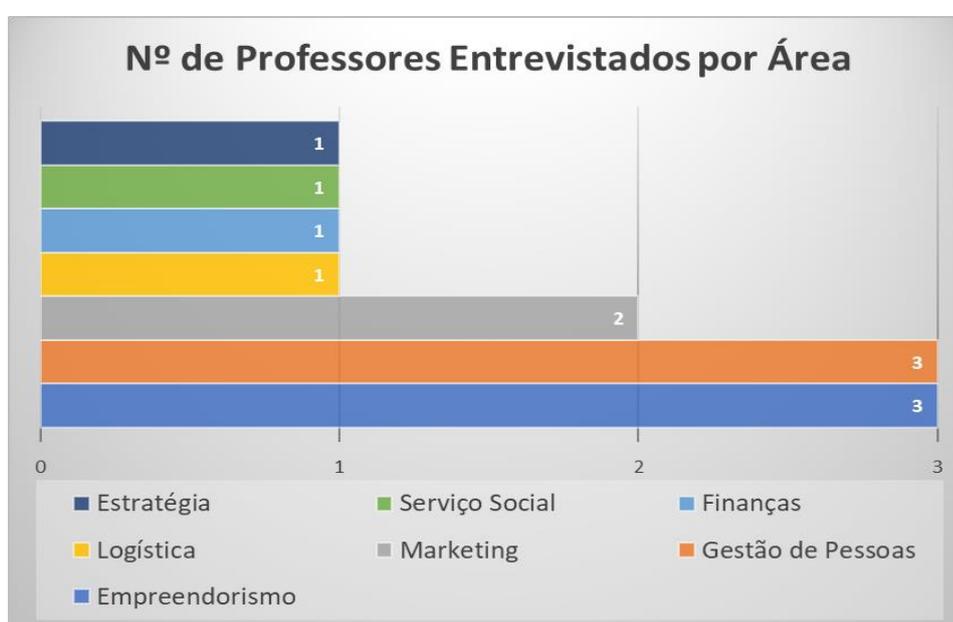
Fonte: Unisinos (2018).

A seguir consta a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

3.2.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Entre os 12 professores entrevistados, sete são do gênero feminino e cinco do gênero masculino. Quanto à área principal de docência, foram entrevistados professores das áreas de: Empreendedorismo e Inovação, Marketing e Comunicação, Gestão de Pessoas, Logística, Finanças, Serviço Social e Estratégia e se dividem numericamente conforme o Gráfico 1.

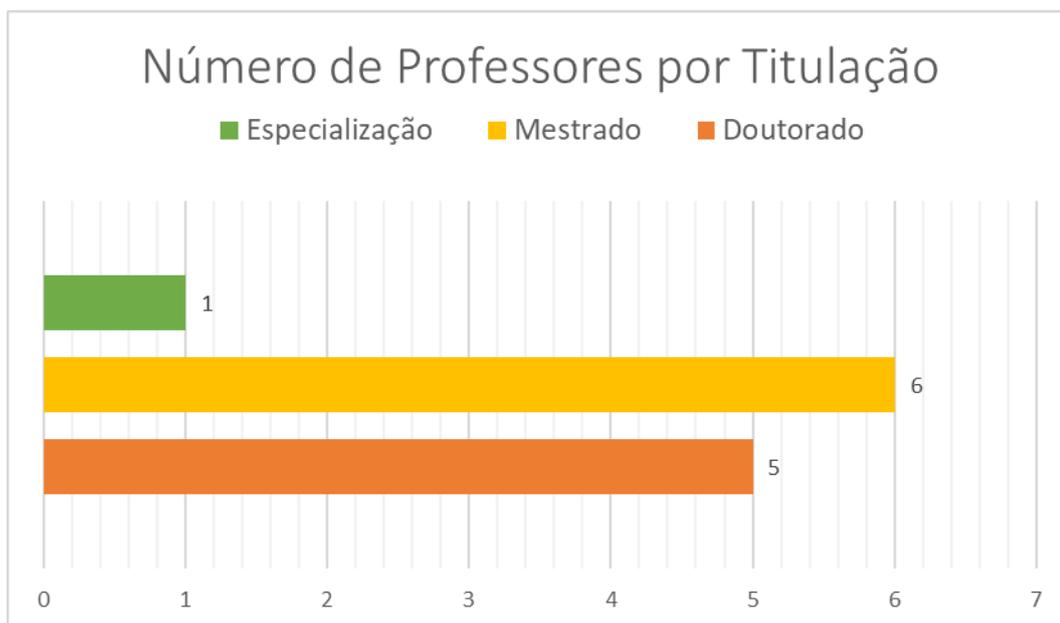
Gráfico 1 – Número de Professores Entrevistados por Área



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao tempo de docência na Unisinos, entre os entrevistados o sujeito com menor tempo tem quatro anos e o com maior tempo tem 23 anos de docência. A média de tempo de docência na Unisinos entre os entrevistados foi de 14 anos. Em relação ao grau de titulação dos entrevistados, se subdividem numericamente conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Professores por Titulação



Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir constam as técnicas de coleta de dados utilizadas nesta investigação.

3.3 Técnica de Coleta de Dados

Nesta pesquisa se utilizou a entrevista semiestruturada, a observação direta e a pesquisa documental como técnicas de coletas de dados. No sentido de possibilitar a visão geral das técnicas, elaborou-se uma síntese dos objetivos, técnicas aplicadas, quem/o que forneceu os dados e as questões e tópicos abordados. A síntese está representada no Quadro 5.

Quadro 4 - Resumo Metodológico da Pesquisa.

(continua)

Objetivos Específicos	Técnica Aplicada	Quem forneceu/onde foram coletados os dados	Questões/tópicos abordados
a) Identificar como os professores percebem a temática da Responsabilidade Social Empresarial desenvolvida nas empresas;	Entrevista Semiestruturada;	Professores do Curso de Administração da Unisinos;	O que é uma empresa socialmente responsável;
			Como as empresas estão desenvolvendo a temática da RSE;
			Vantagens e desvantagens da incorporação de práticas de RSE para as empresas na perspectiva dos stakeholders;
			Busca das empresas por profissionais administradores com formação voltada às práticas de RSE;
b) Verificar como os professores do curso de Administração da Unisinos percebem a abordagem da temática da Responsabilidade Social Empresarial no currículo do curso de Administração da Unisinos;	Entrevista Semiestruturada;	Professores do Curso de Administração da Unisinos;	Influências na construção do currículo dos cursos de Administração;
			Atendimento do currículo atual do curso de Administração da Unisinos às necessidades das transformações econômicas, sociais e ambientais atuais e futuras;
			Papel das escolas de Administração na promoção de práticas econômicas, sociais e ambientalmente responsáveis;

Objetivos Específicos	Técnica Aplicada	Quem forneceu/onde foram coletados os dados	Questões/tópicos abordados
<p>c) Analisar como a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial é realizada pelos professores do curso de Administração da Unisinos e aspectos decorrentes dessa abordagem;</p>	<p>Entrevista Semiestruturada; Observação Direta;</p>	<p>Professores do Curso de Administração da Unisinos; Pesquisador;</p>	<p>Forma de abordagem do tema em sala de aula; Desafios para tratar do tema e como tem buscado superá-los; Forma ideal de abordar o tema RSE na formação do administrador; Institucionalização da abordagem do tema RSE na formação do administrador; A contribuição da abordagem do tema RSE para a formação do administrador; Influência da abordagem do tema RSE na atuação profissional do aluno; Desafios que o aluno pode enfrentar ao propor práticas de RSE nas empresas e como enfrentá-los;</p>
<p>d) Verificar as menções à abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial que se apresentam em documentos relativos ao curso de Administração da Unisinos, tais como Projeto Político Pedagógico do Curso e Ementas de Atividades Acadêmicas.</p>	<p>Pesquisa Documental;</p>	<p>Documentos e sítios institucionais da Unisinos Ementas de Atividades Acadêmicas do Curso de Administração da Unisinos; Plano Político do Curso de Administração da Unisinos;</p>	<p>Previsão da abordagem do tema RSE e assuntos afins;</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1 Entrevista Semiestruturada

Entrevista é a técnica em que “o investigador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. (GIL, 2014, p. 109). Sendo assim, a entrevista é considerada uma forma de interação social e uma forma de diálogo assimétrico pois enquanto uma das partes está em busca da coleta de dados, a outra se apresenta como fonte da informação. (GIL, 2014). Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 425), entrevista é uma “[...] uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado) ou outras (entrevistados)”.

A entrevista semiestruturada, de acordo com Schindler e Cooper (2016), inicia com algumas questões específicas e posteriormente segue a direção de pensamento do entrevistado com investigações por parte do entrevistador. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 426), as entrevistas semiestruturadas são baseadas em “[...] um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informação sobre os temas desejados [...]”, portanto, nem todas as perguntas realizadas estão definidas anteriormente.

Essa técnica permite que ao longo da interação o pesquisador possa retomar alguma questão que não ficou clara ou pedir para aprofundar determinada questão e, portanto, conduzir a entrevista para que se obtenha os dados necessários para atingimento dos objetivos propostos pela pesquisa. (SCHINDLER; COOPER, 2016).

Nesta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente com professores do curso de Administração da Unisinos, sendo selecionados e convidados para participar, preferencialmente, aqueles que possuem proximidade com o tema, seja ministrando atividades acadêmicas relacionadas, seja na área de orientação e pesquisa no tema ou áreas afins. No total, foram enviados convites, por e-mail, a 38 professores do curso de Administração da Unisinos, desses:

- a) 16 responderam ao convite: 12 aceitaram participar da entrevista; 4 afirmaram não ter o que falar sobre a temática;
- b) 22 não responderam ao convite;

Das 12 entrevistas realizadas, 11 foram realizadas presencialmente e uma foi realizada por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, sendo gravadas e posteriormente transcritas, totalizando 282 minutos de gravações em áudio e 46 páginas de texto transcrito, que, posteriormente, foi reduzido e organizado para a etapa de análise.

O roteiro com as perguntas realizadas nas entrevistas consta no Apêndice A deste documento. O roteiro final foi construído, inicialmente, a partir dos objetivos estabelecidos e da fundamentação teórica, tendo, posteriormente, adaptações a partir de dois testes realizados com dois respondentes, sendo esses professores do curso de Administração da Unisinos. O conteúdo desses testes não foi incluído nos dados finais da pesquisa, sendo utilizado apenas para adequações das perguntas e identificação de lacunas nas respostas obtidas. Assim, foi possível adequar o roteiro para atender aos objetivos da investigação.

3.3.2 Observação Direta

A observação direta é, de acordo com Yin (2015), uma fonte complementar de dados em estudos de caso. A coleta de dados por meio dessa técnica pode ser realizada de maneira formal ou informal. Nesse sentido, tem-se que formalmente,

[...] os instrumentos observacionais podem ser desenvolvidos como parte do protocolo do estudo de caso, e um pesquisador de campo talvez tente investigar a ocorrência de determinados tipos de comportamento durante alguns períodos de tempo no campo. Isto pode envolver a observação de reuniões, atividades de rua, trabalho em fábrica, salas de aula e outros. (YIN, 2015, p. 118).

Enquanto que informalmente, as observações diretas podem ser feitas durante o trabalho de campo, incluindo os momentos em que outras evidências, como as das entrevistas, estão sendo coletadas. (YIN, 2015).

De acordo com Yin (2015, p. 119), “a evidencia observacional é frequentemente útil para proporcionar informação adicional sobre o tópico sendo estudado”.

Nesta investigação, a observação direta foi realizada pelo pesquisador durante as aulas das atividades acadêmicas do curso de Administração em que o

pesquisador esteve matriculado nos semestres 2018/1 e 2018/2. O intuito dessa observação foi identificar:

- a) Se os professores dessas atividades acadêmicas realizaram alguma abordagem relacionada a Responsabilidade Social Empresarial e temas correlatos como: Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável;
- b) Como a abordagem desses temas foi realizada;

3.3.3 Pesquisa Documental

As pesquisas documentais obtêm dados de maneira indireta, contidos em documentos como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos. (GIL, 2014). Tais fontes documentais podem fornecer ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente e evitar que se desperdice tempo, o que muitas vezes ocorre nas pesquisas diretas com pessoas. Além disso, há casos que a investigação social só é possível por meio de documentos. (GIL, 2014).

A pesquisa documental desta investigação foi realizada em documentos e sítios institucionais da Unisinos, no Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração da Unisinos e em Ementas das Atividades Acadêmicas deste curso.

3.4 Técnica de Análise de Dados

A análise dos dados realizada se classifica como qualitativa e seguiu os seguintes passos: redução, exibição e conclusão/verificação.

Neste tipo de análise, a primeira etapa é a redução em razão do volume que os dados qualitativos costumam apresentar, portanto é necessária uma diminuição desse conteúdo, buscando a síntese ou essência dos dados, isto é, os elementos mais importantes de resposta que apareceram na pesquisa. (SACCOL et al., 2012).

Após transcrever os dados, estes são organizados e têm seu conteúdo analisado, buscando identificar as principais categorias em relação às variáveis pesquisadas. Os temas principais e grupos de respostas que sempre apareçam de forma conjunta ou padrões de respostas verificadas com diferentes respondentes são identificados nesta etapa de redução. Os dados que não trouxeram informações

pertinentes relacionados às questões da pesquisa são descartados. A etapa de redução visa a seleção de trechos representativos e elucidativos das entrevistas, ou dados de observações que possibilitem revelações significativas. (SACCOL et al., 2012).

A segunda etapa é a apresentação dos dados que é feita por meio de seções que representam as categorias de análise e as possíveis relações com a fundamentação teórica da pesquisa. (SACCOL et al., 2012).

A terceira etapa é a conclusão, apresentando um conjunto de padrões identificados e processos mapeados. (SACCOL et al., 2012). Para realizar a análise qualitativa dos dados desta pesquisa foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo.

3.4.1 Análise de Conteúdo

Segundo Vergara (2015), a Análise de Conteúdo (AC) se constitui em uma técnica para o tratamento de dados sobre o que é destacado em referência a um determinado contexto ou temática. A autora destaca que Bardin (1977) a define como uma ferramenta que engloba um conjunto de técnicas de análise de questões relativas a comunicação, visando obter, a partir de estruturas sistematizadas e objetivos bem definidos, indicadores que permitem inferir olhares sobre os conhecimentos transmitidos por meio daquilo que se busca comunicar.

Vergara (2015) indica que, inicialmente, essa técnica era utilizada para o tratamento de materiais jornalísticos de comunicação. Entretanto, hoje essa técnica abarca também transcrições de entrevistas, documentos institucionais, conhecimentos escritos em livros e materiais utilizados para a comunicação em geral. (VERGARA, 2015).

A AC pode ser utilizada tanto em métodos quantitativos quanto qualitativos e que independente da natureza implicará em uma análise guiada por categorizações¹: unidades de análise, grade de análises, categorias, frequência de elementos, relevância de elementos, presença ou ausência de elementos. (VERGARA, 2015).

¹ Categorizar, segundo Vergara (2015) apoiada em Bardin (1977), significa isolar elementos para, em seguida, agrupá-los. Tais categorias devem ser: exaustivas, permitindo a inclusão de praticamente todos os elementos de análise; mutuamente exclusivas, em que cada elemento só pode ser incluído em uma única categoria; objetivas, definidas de modo preciso e único; e pertinentes, adequadas ao objetivo da pesquisa.

Destacam-se, de acordo com Vergara (2015), algumas características principais em relação a AC, as quais envolvem:

- Atenção aos fins exploratórios de descoberta, verificação e confirmação ou não de hipóteses;
- Exigência de categorias exclusivas, objetivas e adequadas;
- A interpretação das categorias cabe ao investigador;

Para utilizar a AC é necessário estar atento aos elementos que constituem a investigação, de modo a se objetivar coletar dados que estejam de acordo com aquilo a que a investigação se propõe. Esses elementos são: a definição do tema e do problema de pesquisa, revisão de literatura sobre a problemática, as hipóteses e objetivos da investigação, a definição dos instrumentos para coleta de dados e os métodos de análise desses. (VERGARA, 2015). A partir desses aspectos, considerando a AC como forma de análise de dados, deve-se definir a grade de análise a ser utilizada: fechada, aberta ou mista. Segundo Vergara (2015, p.9, grifo do autor):

Grade fechada: definem-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa. Identificam-se, no material selecionado, os elementos a serem integrados nas categorias já estabelecidas.

Grade aberta: identificam-se categorias de análise, conforme vão surgindo ao pesquisador. Procede-se ao rearranjo das categorias durante o andamento da pesquisa. Estabelecem-se categorias finais de análise.

Grade mista: definem-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa, porém admite-se a inclusão de categorias surgidas durante o processo de análise. Verifica-se a necessidade de subdivisão, inclusão ou exclusão de categorias. Estabelece-se o conjunto final de categorias, considerando o possível rearranjo.

Definido a forma de grade de análise, procede-se a leitura do material selecionado durante a etapa de coleta de dados (cartas, transcrição de entrevistas, respostas de questionários abertos, etc.) e estabelecem-se as unidades de análise do material a partir de uma palavra, expressão, frase ou parágrafo. (VERGARA, 2015). Com base nisso, segundo Vergara (2015), definem-se as categorias que são analisadas, tomando como base a grade de análise escolhida e, nesse sentido, realiza-se a análise de conteúdo apoiando-se em questões estatísticas e/ou interpretativas (referenciais teóricos) resgatando elementos do problema que a pesquisa se propôs a investigar.

Após a coleta dos dados, analisam-se os resultados obtidos a luz da interpretação teórica, formulando-se interpretações de modo que seja viável a elaboração do relatório de pesquisa. (VERGARA, 2015). No Quadro 5, apresenta-se uma síntese dos passos a serem seguidos para uma AC qualificada enquanto em um método de análise de dados.

Quadro 5 - Síntese do Processo Investigativo com Análise de Conteúdo

Momento		O que incorpora
1	Constituição inicial da investigação	-Definição do tema e problema de pesquisa; -Revisão de Literatura; -Constituição do referencial teórico; -Estabelecimento de hipóteses e suposições de investigação;
2	Coleta de Dados	-Métodos de coleta de dados e materiais a serem utilizados: entrevistas, materiais institucionais, livros e etc.
3	Análise de Dados	- Definição da grade de análise de dados: aberta, fechada ou mista; -Categorização dos dados: definição em unidades abrangentes e categorias bem definidas a partir de palavras chave; -Análise detalhada de cada categoria criada, articulação a percepção dos referenciais teóricos levantados e do método adequado em que se mostram; -Confronto dos resultados com as hipóteses, objetivos e problematização de investigação; -Formulação da conclusão dos resultados obtidos;
4	Elaboração do relatório de pesquisa	-Organização de todo o processo investigativo consolidado como um trabalho de pesquisa bem organizado e definido.

Fonte: Adaptado de Vergara (2015).

Considerando os passos elencados, optou-se, nesta pesquisa, pela forma de grade mista, com categorias preliminarmente definidas, admitindo-se a inclusão ou exclusão de categorias durante o processo de análise. As categorias finais ficaram definidas conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Categorias de Análise

Objetivo	Categorias
A	Empresa Socialmente Responsável;
	Desenvolvimento da RSE nas Empresas.
	Vantagens da RSE;
	Desvantagens da RSE;
	Demanda por administradores com formação voltada para RSE;
B	Influências na construção do currículo dos cursos de Administração;
	Currículo Atual do Curso de Administração da Unisinos;
	Papel das escolas de Administração;
C	Abordagem do tema RSE;
	Desafios para abordar o tema RSE;
	Forma ideal de abordar o tema RSE na formação do administrador;
	Institucionalização da abordagem do tema RSE na formação do administrador;
	A contribuição da abordagem do tema RSE para a formação do administrador;
	Influência da abordagem do tema RSE na atuação profissional do aluno;
	Desafios para propor práticas de RSE nas empresas;
D	Responsabilidade Social Institucional da Unisinos;
	A Responsabilidade Social no PPP do Curso de Administração da Unisinos;
	Responsabilidade Social nas Ementas das Atividades Acadêmicas;

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.5 Limitações do Método

O estudo de caso possui algumas limitações, pode-se citar a dificuldade de generalização como uma dessas limitações, visto que segundo Yin (2015), o estudo de caso não se propõe a generalizar populações ou universos e sim expandir ou generalizar proposições teóricas.

Quanto às técnicas de coleta de dados, a entrevista pode apresentar uma série de desvantagens, o que a torna, em certas circunstâncias, menos recomendável que outras técnicas. As principais limitações da entrevista, de acordo com Gil (2014, p. 110), são:

- a) a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas;
- b) a inadequada compreensão do significado das perguntas;
- c) o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes;
- d) inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos;
- e) a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado;
- f) a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado;

Pode-se citar quanto ao estudo de caso, que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados para toda a população de professores do curso de Administração da Unisinos. Quanto à entrevista, pode-se citar que houve inadequada compreensão de algumas perguntas, mas o pesquisador procurou elucidar, sem indução de resposta, o significado de algumas expressões constantes nas perguntas que geraram dúvida.

Após ter delineado o método de pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados, no próximo capítulo, apresentam-se os principais resultados obtidos e sua análise.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo contém a apresentação, a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, buscando, quando possível, relacioná-los à fundamentação teórica desenvolvida no capítulo 2 deste trabalho. Para tanto, este capítulo foi dividido em seções que apresentam: a análise de documentos e disposições institucionais referentes à Unisinos e ao seu curso de Administração e a análise do conteúdo das entrevistas realizadas com 12 professores do curso de Administração da universidade, além da análise do que foi coletado por observação direta.

4.1 A Unisinos e a Responsabilidade Social Institucional

A Unisinos, como uma instituição Jesuíta, faz parte da Associação das Universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL). Essa associação é composta por 31 universidades espalhadas por 15 países da América Latina. As instituições que compõem a AUSJAL possuem o compromisso de promover a Responsabilidade Social Universitária (RSU). Dentro da RSU, a universidade se compromete a desenvolver iniciativas que produzam certos impactos organizacionais, ambientais, educativos, cognitivos, epistemológicos e sociais. Segundo AUSJAL (2009), as políticas que orientam ações e indicadores desenvolvidos nas universidades associadas também se baseiam nessas áreas de impacto. De acordo com o documento *Políticas y sistema de autoevaluación y gestión de la responsabilidad social universitaria en AUSJAL* divulgado em 2009, a autoavaliação e a gestão da RSU deve basear-se nos impactos citados conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Gestão da RSU e Impactos Avaliados conforme a AUSJAL

Impactos	Gestão da RSU conforme a AUSJAL
Impactos organizacionais	A universidade, como qualquer organização, gera impactos na vida de cada um dos seus membros. A gestão socialmente responsável deve ser coerente com os princípios institucionais em um ambiente que favoreça inclusão, participação e melhoria contínua.
Impactos ambientais	A universidade, em suas atividades cotidianas, gera impactos sobre o meio ambiente que afetam sua sustentabilidade global. Portanto, deve contribuir para criar uma cultura de proteção do ambiente e de gestão socialmente responsável dos recursos ambientais disponíveis.
Impactos educativos	A universidade tem um impacto direto na formação dos estudantes, em sua maneira de entender e interpretar o mundo e sua relação com a transcendência, a forma como se comportam e valoram certas coisas em sua vida, influenciando na definição da ética profissional de cada disciplina e seu papel social. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável da formação acadêmica e pedagógica, propiciando experiências vivenciais, iniciativas interdisciplinares e interinstitucionais, e reflexão sobre as mesmas.
Impactos cognitivos e epistemológicos	A universidade orienta a produção do saber e as tecnologias. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável desta produção e dos modelos epistemológicos promovidos, a fim de evitar a fragmentação do saber, favorecer a articulação entre tecnociência e sociedade, promover a democratização da ciência e influir fortemente na definição e seleção dos problemas da agenda científica.
Impactos sociais	A universidade impacta sobre a sociedade e seu desenvolvimento econômico, social e político, não somente porque forma profissionais e líderes, mas porque ela mesma é um ator social. Portanto, deve buscar a gestão socialmente responsável de sua participação no desenvolvimento humano sustentável da comunidade, renunciando ao assistencialismo e propiciando a coprodução entre distintos atores e saberes, criando capital social, vinculando a educação dos estudantes com a realidade, visando um conhecimento de qualidade e relevância.

Fonte: AUSJAL (2009, p. 22).

Depreende-se do conteúdo apresentado no Quadro 7, que a Unisinos como integrante da associação e sendo signatária do documento que institui as políticas e o sistema de autoavaliação e gestão da RSU das universidades que compõem a

AUSJAL, é responsável por promover ações e iniciativas que venham a gerar impactos socioambientais positivos, que fomentem o desenvolvimento sustentável e que promovam por meio da educação e da formação acadêmica a Responsabilidade Social e o envolvimento dos seus alunos nessas temáticas.

Para tanto, a Unisinos dispõe que por meio de sua adesão ao Sistema RSU, “a universidade reafirma o entendimento de que o compromisso social pertence à identidade das Instituições Jesuítas e se desenvolve de maneira integral por meio de suas atividades e de seus projetos acadêmicos e sociais” (UNISINOS, 2018). Dessa forma, expõe em seu sistema de avaliação, conforme Figura 3, as seguintes políticas, processos e resultados.

Figura 3 - A Autoavaliação da RSU na Unisinos.



Fonte: Unisinos (2018).

Conforme mostra a Figura 3, um dos resultados pretendidos pela Unisinos no que se refere ao impacto educativo de suas ações é formar egressos socialmente responsáveis. Essa disposição em seu sistema de avaliação mais uma vez demonstra a institucionalização dessa diretriz que também aparece no sistema de

Valores Institucionais da Universidade, que tem como objetivo permanente “Promover formação humana e profissional da comunidade acadêmica à atuação responsável e solidária na sociedade” (UNISINOS, 2018). Esses preceitos também aparecem na missão da instituição que dispõe

Promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, mediante a produção de conhecimento, o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade. (UNISINOS, 2018).

A partir dessas disposições institucionais gerais, serão apresentados nos tópicos seguintes: as disposições acerca da temática da Responsabilidade Social no curso de Administração da Unisinos constantes no Projeto Político Pedagógico (PPP) e em Ementas de Atividades Acadêmicas do Curso.

4.1.1 A Responsabilidade Social no Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração da Unisinos

Consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Administração da Unisinos que

[...] a Universidade tem como proposta a formação integral da pessoa, o que implica o aprimoramento da formação técnica no contexto de uma sociedade e transformação e, também, o desenvolvimento de uma postura crítica e responsável. O futuro profissional deverá estar consciente de que sua atuação deve ter uma perspectiva solidária, em sintonia com a Missão e o Credo da Unisinos [...]. (UNISINOS, 2005, p. 8).

A missão e o credo citados são apresentados no site da universidade na seção referente aos valores institucionais, sendo a missão:

promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, mediante a produção de conhecimento, o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade. (UNISINOS, 2018).

E o credo: “a Unisinos crê que o seu compromisso fundamental com a sociedade é promover a cultura do ser humano, que provém do ser humano e é para o ser humano”. (UNISINOS, 2018).

Na contextualização do histórico da universidade, o PPP ainda dispõe que

[...] a orientação estratégica define o compromisso da Universidade com a construção transdisciplinar do conhecimento, a educação por e para toda a vida e o desenvolvimento regional. A Unisinos acredita na atualização contínua e no desenvolvimento crítico do conhecimento humano. Por isso, por meio de seus cursos de graduação e de pós-graduação, busca a investigação e a integração dos mais avançados conhecimentos, beneficiando não apenas seus egressos, como também a comunidade de uma forma geral. (UNISINOS, 2005, p. 8-9).

Dessa forma, há um alinhamento do PPP em relação aos preceitos gerais e institucionais da universidade apresentados no tópico 4.1. Além desse alinhamento, depreende-se da citação que a universidade se compromete com a Responsabilidade Social ao buscar beneficiar também a comunidade de uma forma geral e também promover o desenvolvimento regional, o que está de acordo com o que preceitua Ashley (2005), Dias (2012) e Tachizawa (2015), no que diz respeito ao conceito de Responsabilidade Social em sua dimensão de promoção do desenvolvimento além da empresa, buscando o bem-estar de todas as partes interessadas possivelmente afetadas pelas ações da organização.

O objetivo geral do curso de Administração da Unisinos, segundo o PPP do curso é “formar administradores para intervir no âmbito dos negócios, definindo e implementando estratégias com foco nos resultados da organização e no desenvolvimento da sociedade.” (UNISINOS, 2005, p. 30). Já o perfil esperado do egresso do curso é um profissional com capacidade crítica e investigativa que apresente “competências para atuar estrategicamente como administrador nos diversos ambientes organizacionais, percebendo oportunidades de negócios que resultem no crescimento econômico, mediado por uma postura ética e responsável”. (UNISINOS, 2005, p. 30).

Assim sendo, o perfil esperado do egresso está de acordo com o que preceitua Jacobi, Raufflet, Arruda (2011) e Barbieri e Silva (2011), que afirmam que o curso de Administração deve formar indivíduos que possuam postura crítica e reflexiva, atuando de forma ética e responsável, promovendo, dessa forma a Responsabilidade Social em suas dimensões social, econômica e ambiental.

O PPP também estabelece uma série de competências que o egresso do curso deve possuir, entre elas está “capacidade de internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional para atuar no ambiente de negócios”. (UNISINOS, 2005, p. 31). Essa competência prevista está de acordo com Macedo, Freitas e Guerra (2013), para quem as temáticas da sustentabilidade e da

Responsabilidade Social devem estar presentes na formação dos administradores e nos projetos pedagógicos das instituições de ensino superior.

Conforme exposto, a Responsabilidade Social aparece nas linhas gerais do PPP do curso de Administração da Unisinos em relação ao perfil do egresso do curso e em relação a suas competências. A seguir, serão expostos os resultados da análise documental realizada nas Ementas das Atividades Acadêmicas do Curso de Administração da Unisinos.

4.1.2 A Responsabilidade Social nas Ementas das Atividades Acadêmicas do Curso de Administração da Unisinos

Nesta etapa, buscou-se, nas Ementas das Atividades Acadêmicas do Curso de Administração da Unisinos ofertadas no semestre 2018/2, menções à previsão do conteúdo de Responsabilidade Social Empresarial e temas correlatos como Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Tais temas aparecem relacionados tanto ao conceito quanto às práticas de RSE, como pode-se encontrar em Ashley (2005), Dias (2012), Goldstein (2007), Melo Neto e Froes (2002), Tachizawa (2015) e Veloso (2005).

As Ementas das Atividades Acadêmicas são divididas em 4 seções: Competências, Conhecimentos, Metodologias, Técnicas e Recursos de Aprendizagem e Forma de Avaliação. Entre as atividades acadêmicas obrigatórias do curso, foram identificadas cinco que possuem referência à Responsabilidade Social Empresarial e temas correlatos nas seções Competências e Conhecimentos, sendo duas atividades constantes no Módulo I e três no Módulo II da grade curricular. As atividades acadêmicas, as menções aos temas destacados e as seções em que se encontram estão reunidas nos quadros presentes no Apêndice B e no Apêndice C.

Constata-se dos quadros citados que a previsão do tema Responsabilidade Social e temas correlatos consta em 11 atividades acadêmicas do curso de Administração, sendo cinco atividades obrigatórias e seis optativas. Esse número de atividades optativas revela similaridade com o estudo de Franco (2015), que identificou que uma parte significativa de atividades que abordam temas relacionados à Sustentabilidade e RSE encontram-se em atividades desse caráter, o que significa que nem todos os alunos do curso terão contato com esses temas. No

Quadro 8, constam os termos e a quantidade de vezes que apareceu em cada seção das Ementas analisadas.

Quadro 8 – Termos e Quantidade de Citações nas Ementas

Termo	Nº de vezes que aparece na seção	
	Competências	Conhecimentos
Responsabilidade Social Empresarial	-	1
Responsabilidade Social	3	2
Responsabilidade Ambiental	1	1
Ética	14	11
Sustentabilidade	8	9
Desenvolvimento Sustentável	2	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 8 mostra que os termos mais recorrentes são Ética e Sustentabilidade, uma justificativa para a prevalência desses termos é que há atividades acadêmicas específicas que contêm esses termos em seus nomes e consequentemente a exposição nas seções de competências e conhecimentos é significativa. Das 25 menções ao termo Ética (considerando todas as seções), 13 estão na atividade acadêmica Ética e Negócios, já das 17 menções ao termo Sustentabilidade (considerando todas as seções), 10 estão na atividade acadêmica América Latina, Desenvolvimento e Sustentabilidade.

A partir da observação direta do pesquisador, foi constatado que uma das atividades acadêmicas cursadas, apesar de possuir alguns dos temas citados previstos na ementa, a abordagem do tema não foi realizada.

Além disso, depreende-se que embora existam menções nas Ementas de outras atividades acadêmicas, há uma concentração nas atividades específicas, algo que autores como Barbieri e Silva (2011) e Demajorovic e Silva (2012), criticam, pois para esses autores a forma ideal de abordar as temáticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental é a abordagem nas várias atividades acadêmicas do curso de Administração. Tal visão foi reafirmada pelos professores do curso de Administração da Unisinos nas entrevistas e cujo conteúdo será analisado nas seções seguintes, que foram divididas conforme as categorias de análise.

4.2 Abordagem do Tema Responsabilidade Social Empresarial na Formação do Administrador pelo Curso de Administração da Unisinos

Nesta seção, será analisado o conteúdo das entrevistas realizadas com 12 professores do curso de Administração da Unisinos, juntamente com os resultados da observação direta realizada pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, totalizando 282 minutos de gravações em áudio e 46 páginas de texto transcrito. As observações realizadas pelo pesquisador foram anotadas durante as aulas de atividades acadêmicas que o pesquisador cursou nos semestres 2018/1 e 2018/2, resultando em duas páginas de anotação em tópicos observados, que, quando pertinentes, aparecerão junto à análise do conteúdo das entrevistas. A seguir, serão apresentadas as categorias de análise dos principais pontos abordados na entrevista, cujo roteiro está no Apêndice A desse trabalho. Nas citações aos entrevistados será utilizado a letra *E*, seguido do número do entrevistado (conforme a ordem das entrevistas realizadas), por exemplo *E10* se refere ao décimo entrevistado.

4.2.1 A Empresa Socialmente Responsável

A empresa socialmente responsável é aquela que busca o bem-estar do seu público interno e externo, buscando produzir efeitos positivos para esses públicos e mitigar os negativos, ou pelo menos diminuí-los ou compensá-los. (E05; E07; E08; E09; E11; E12). Ela busca esse bem-estar, segundo E09 e E10, agindo conforme seus princípios éticos e valores. Tal visão é exposta também por Dias (2012), para quem a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) refere-se a um conjunto de ações da organização, no sentido de promover uma Administração ética e sustentável, assumindo compromissos em relação a seus impactos ambientais, sociais e econômicos na sociedade. Sendo assim, a organização busca seu objetivo financeiro, que é a obtenção de lucros, mas procura atingi-lo de forma que compatibilize os interesses de todas as partes interessadas (stakeholders), gerando benefícios para a sociedade em geral.

Dessa forma, tem-se que a questão da RSE, se dá a partir do DNA da empresa, aquilo que ela realmente é e se propõe a fazer interna e externamente.

(E08; E10). Nesse sentido, E10 considera que a empresa socialmente responsável é aquela

“[...] que age corretamente, com princípios éticos, com valores, que faça projetos para comunidade, que levante causas sociais, que estimule soluções olhando desde a questão do meio ambiente, de combater desigualdade, [...] ela tem que trabalhar várias frentes, comunidade local, discutir mais globalmente as questões sociais, nas suas políticas internas também dar o exemplo, [...] essa questão tem que estar dentro do DNA e da filosofia da empresa, e se refletir em ações que tenham impacto social.” (E10).

Os entrevistados E03 e E07 ressaltam que a RSE requer uma visão sistêmica de negócio, uma visão que considere os interesses da empresa além de seu próprio espaço interno, considerando as interrelações que ela possui com todo o seu entorno. Ao considerar essas interrelações com seu entorno, E08 considera a empresa socialmente responsável como

“[...] a que faz todas as coisas certas, e o que eu penso que é fazer as coisas certas. Primeiro é que ela não coloque isso só para fazer marketing, mas que ela entende que ela é uma empresa com Responsabilidade Social, e ela tem isso colocado na sua cultura, nos seus valores desde a estratégia da organização e ela faz isso por que acredita. Então as ações da empresa, elas estão balizadas para atender os preceitos legais, o preceito social, ambiental e obviamente, ela vai ter a preocupação que toda empresa que é da questão financeira. Mas ela vai se enxergar nesse contexto como uma empresa que realmente está fazendo desenvolvimento social.” (E08).

Nesse sentido, tem-se que a empresa socialmente responsável desenvolve ações e práticas que ultrapassam apenas o atendimento a demandas legais, não se limitando a cumprir a legislação e sim se comprometendo verdadeiramente com o desenvolvimento social como um todo.

Para E12, a empresa socialmente responsável pensa, planeja, produz e vende seus produtos olhando para os possíveis impactos que essa gestão possa trazer. Ao adotar essa visão, a empresa socialmente responsável adota práticas que buscam reduzir possíveis impactos negativos tanto na perspectiva social como ambiental. Tal percepção exposta está de acordo com o que expõe Melo Neto e Froes (2002), para quem a RSE se constitui em uma participação da empresa no ambiente em que está inserida, na medida que busca minimizar possíveis danos

ambientais que decorram de suas atividades. Na Figura 4, estão sintetizadas as principais características e ações da empresa socialmente responsável na percepção dos entrevistados.

Figura 4 – Empresa Socialmente Responsável na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.2 Desenvolvimento da RSE nas Empresas

Segundo E05, E11 e E12, as empresas estão aos poucos incorporando as práticas de RSE, e esse desenvolvimento gradual se deve a demandas externas como legislação e consumidores mais conscientes. No entanto, todos os entrevistados pontuam que as práticas desenvolvidas ainda são muito incipientes, principalmente nas empresas exclusivamente nacionais.

Nesse sentido, E05, E06, E09 e E11 pontuam que no Brasil, as empresas que desenvolvem de maneira mais ampla, séria e estratégica a questão da RSE são empresas multinacionais e globais, que vem de uma cultura, segundo os entrevistados, diferente da que a maioria das empresas nacionais estão inseridas. Para E07, o pouco ou nenhum desenvolvimento de práticas pela maior parte das empresas nacionais também deriva de um aspecto cultural, segundo E07, o pouco desenvolvimento de RSE nas empresas brasileiras

“[...] é uma questão cultural, do Brasil, propriamente dita, talvez também por causa dos incentivos que são dados ou por ela não ter muitos recursos, então ela acaba se restringindo, em função da nossa cultura brasileira.” (E07).

O desenvolvimento de práticas de RSE muitas vezes se dá como uma forma de apenas procurar melhorar a imagem da empresa perante a sociedade, sem existir uma preocupação verdadeira com essas questões. (E08; E01). Esse comportamento também é descrito por Tachizawa (2015), que pontua o desenvolvimento de práticas de RSE em algumas empresas como uma forma de maquiagem, buscando cobrir determinadas condutas irresponsáveis.

Uma justificativa levantada para que as empresas não estejam desenvolvendo práticas de RSE é o momento econômico do país, onde a preocupação e a concentração de esforços das empresas está em sobreviver no mercado. (E01; E07; E09). Quanto a essa questão, E07 expõe:

[...] acho que a maior preocupação hoje das empresas é a sobrevivência nesse mercado hoje, bastante turbulento. E quando a gente fala em RSE, existe todo um investimento que deve ser feito nesse sentido, e eu não sei se nossas empresas estão todas preparadas para isso financeiramente.” (E07).

Dessa forma, pode-se sintetizar as principais percepções levantadas nesse tópico conforme o Quadro 9.

Quadro 9 - Desenvolvimento da RSE nas Empresas na Percepção dos Entrevistados

	Quem?	Por quê?
Desenvolve RSE	- Empresas Globais;	- Legislação; - Consumidores;
Não desenvolve RSE	- Empresas Nacionais;	- Cultura; - Crise Econômica;

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.3 Vantagens da Incorporação de Práticas de RSE para as Empresas

Para E02, E03, E07, E11 e E12 existem vantagens específicas ligadas ao marketing da empresa, valorização da marca e melhora da relação com os consumidores. Essas vantagens decorrem, segundo os entrevistados, do maior engajamento dos consumidores em relação às questões sociais e ambientais, que buscam de alguma forma um consumo mais limpo e consciente. Essa percepção

também é apontada por Goldstein (2007), Machado Filho (2006) e Tachizawa (2015), para quem o contexto econômico atual caracteriza-se por uma postura crítica dos consumidores, que tem a expectativa de interagir com organizações que possuam uma postura ética, juntamente com boa imagem institucional no mercado, e que conduzam suas ações de forma ecologicamente responsável. Para os autores citados, essa postura tem uma tendência de intensificação ao longo dos próximos anos.

No entanto, para E01, E09 e E11, esse comportamento “mais consciente” do consumidor possui vários vieses. Um deles é que há uma margem de preço adicional que o consumidor suporta quando se trata de um consumo mais limpo e consciente, ou seja, até um certo valor adicional ele prefere o produto “correto” no aspecto socioambiental. Quando há uma extrapolação dessa margem de preço adicional, o consumidor acaba declinando da opção de compra social e ambientalmente “correta” e preferindo o produto mais barato.

Outra vantagem, levantada por E03, E04, E05 e E06 se refere ao melhor relacionamento com seus colaboradores, pois segundo esses entrevistados, as práticas de RSE desenvolvidas pelas empresas despertam sentimentos positivos nos colaboradores, que se sentem parte de uma “mudança” positiva para a sociedade. Esse sentimento, ainda segundo os entrevistados, melhora o clima organizacional, resultando em maior motivação e produtividade.

Tal visão também é exposta por Veloso (2005), Dias (2012) e Machado Filho (2006) para quem a RSE traz práticas como adoção de códigos de conduta, políticas para qualidade de vida no trabalho, participação nos resultados da empresa, oportunidades iguais para todos os funcionários e incorporação de regras internacionais de conduta. Essas práticas elevam a imagem da empresa diante dos funcionários, ajuda na atração e na retenção de profissionais qualificados.

De um modo geral, E03 considera que as práticas de RSE adotadas pela empresa

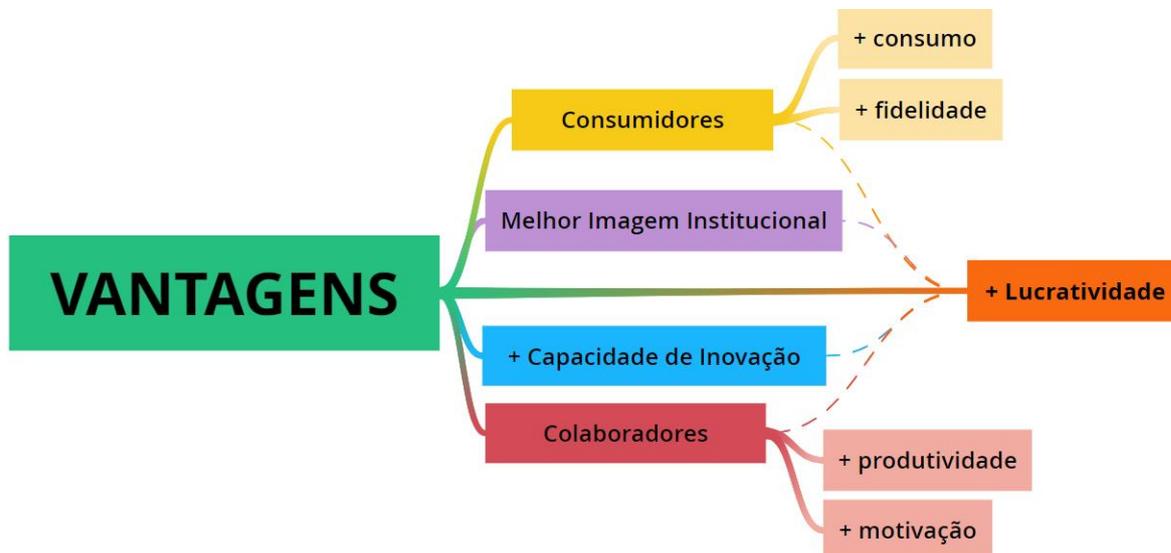
“[...] influenciam no ganho de imagem, tem-se toda uma discussão que nem sempre a RSE deve estar voltada à questão do marketing, da identidade, da imagem e da reputação. Embora a gente saiba que isso também é um fator importante e que as empresas também tendem a ser reconhecidas por isso. Mas a gente percebe que as instituições que têm uma preocupação e mais que isso, ações, projetos, programas relacionados e direcionados à Responsabilidade Social Empresarial, elas

possuem um grupo de funcionários que considera e que tem os efeitos positivos disso. A gente percebe que numa linha de stakeholders, por exemplo, fornecedores que às vezes não tem uma preocupação tão direta com isso, na medida que se integram à uma instituição que tem essa preocupação, eles começam a mudar sua forma de atuar no que se refere à Responsabilidade Social Empresarial e Responsabilidade Social Ambiental. Acho que é muito mais que reconhecimento na mídia.” (E03).

Essas vantagens citadas colaboram para uma maior lucratividade, pois alia comprometimento interno com melhor atratividade de consumidores. Outro ponto que contribui para melhor lucratividade, segundo E12, é que ao pensar em práticas responsáveis há um esforço de inovação nos processos produtivos e organizacionais. Essa visão está de acordo com o que traz Ashley (2005), para quem as práticas de RSE provocam um esforço de inovação nas organizações que pode impactar positivamente toda sua estratégia e processos de negócio.

As vantagens da incorporação de práticas de RSE para as empresas citadas pelos entrevistados podem ser sintetizadas conforme a Figura 5.

Figura 5 - Vantagens da RSE para as Empresas na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.4 Desvantagens da Incorporação de Práticas de RSE para as Empresas

Os entrevistados não percebem desvantagens específicas na incorporação de práticas de RSE, mas E01 e E07 ponderam que deve haver um bom planejamento para que as ações não sejam negativas para a empresa, no sentido de trazer mais

dispêndios que lucros e também um cuidado para que não haja a percepção externa de que as ações são puramente com intuito de melhorar a imagem, sem real comprometimento da empresa com as questões sociais e ambientais.

4.2.5 Busca das Empresas por Profissionais Administradores com Formação Voltada para as Práticas de RSE

Para seis entrevistados (E04; E06; E09; E10; E11; E12), as empresas não buscam especificamente administradores que tenham formação voltada para as práticas de RSE. As justificativas levantadas para essa não procura são: as empresas em geral não possuem projetos ou práticas relacionadas à RSE; as empresas que possuem esses projetos e práticas os delegam a um profissional específico, que atua como consultor dentro das empresas. Para E06, esse profissional não necessariamente é um administrador, mas alguém com experiência e formação nas áreas social e ambiental relacionadas a projetos.

Já para E01, E02, E03, E05, E07 e E08, algumas empresas já começam a buscar profissionais que tenham ao menos alguma noção da área de RSE. A justificativa para essa procura, de acordo com E03 e E05, é principalmente em relação ao perfil ético do profissional, já que esse aspecto vem se tornando uma preocupação das empresas ao selecionarem novos quadros. Para E01 e E08, a busca por profissionais que tenham alguma formação ou experiência em práticas de RSE se dá por influência da mudança do perfil do consumidor, que, segundo esses entrevistados, cada vez mais buscará se relacionar com empresas socialmente responsáveis. Nesse sentido, E12 pontua que:

“[...] de um modo geral, percebo que isso ainda não é um critério para selecionar o novo colaborador, mas de fato tenho visto empresas de grande porte, mais estruturadas, que já tenham instituído em sua estratégia organizacional um programa de Responsabilidade Social, ações, práticas, nos processos seletivos já estão levando em consideração o perfil desse candidato, se conhece, se está aliado às questões ou preocupações sociais e ambientais e como ele percebe isso. Mas vejo que está muito pontual ainda, não é uma preocupação de um modo geral.” (E12).

Tais constatações também são feitas por Seroa et al. (2017), para quem, apesar de o mercado historicamente ter priorizado profissionais com perfil técnico e

voltados a interesses exclusivamente econômicos, essa visão vem mudando e as empresas começam a buscar profissionais com perfil voltado para práticas sociais e que enxerguem as necessidades da sociedade como parte integrante das atividades empresariais. Essa constatação também é feita por Macedo, Freitas e Guerra (2013), para quem existe uma carência de profissionais voltados para as práticas socioambientais responsáveis, dificultando a busca das empresas por esse tipo de pessoal.

Os entrevistados E01, E03, E05 e E07 acrescentam que essa busca por profissionais com formação voltada para RSE ainda se dá majoritariamente em empresas multinacionais e algumas grandes empresas nacionais que já estão globalizadas, tendo em vista que essas desenvolvem de forma mais estratégica a RSE. A justificativa para essa realidade é mais uma vez o aspecto cultural.

As principais percepções levantadas neste tópico podem ser sintetizadas conforme o Quadro 10.

Quadro 10 –Empresas que buscam Administradores com Formação Voltada para RSE na Percepção dos Entrevistados

	Quem?	Por quê?
Empresas que buscam	- Multinacionais;	- Possuem projetos relacionados à RSE; - Demanda dos consumidores;
Empresas que não buscam	- Nacionais;	- Maior parte não possui projetos de RSE;

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.6 As Influências na Construção do Currículo do Curso de Administração

Para os entrevistados, o mercado influencia cada vez mais os currículos e as práticas docentes e pedagógicas nas universidades no que se refere ao curso de Administração. Essa aproximação, para E05 e E11, nem sempre é um ponto positivo, pois muitas vezes acaba-se por uma repetição de métodos hegemônicos de gestão, impedindo o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo do aluno.

Essa influência também é citada por Franco (2016) e Serao et al. (2017), que expõem que a influência do mercado é cada vez mais forte nas universidades e muitas tem pautado seus currículos, dentro daquilo que permite a legislação, para

atender aos anseios desse setor. Nesse sentido, E11 coloca que a universidade ao construir seu currículo

“[...] também irá ouvir o mercado, já que havia uma crítica muito grande de que a academia era distante da realidade, etc. Só não é correto também a universidade ser totalmente subordinada a essa visão do mercado, e já vemos algumas avaliações de curso com base na empregabilidade dos alunos, então estão consultando empresas para ver o interesse delas em contratar alunos das instituições. Então esse tipo de lógica ele não pode ser totalmente dominado por essa perspectiva, porque a academia deve abranger além disso, inclusive de forma crítica aos sistemas atuais.” (E11).

Outro ponto levantado foi a influência que os alunos, em formação e egressos, exercem sobre a construção do curso. Segundo E03, E04 e E10, no caso da Unisinos, se busca ouvir o que os alunos querem para sua formação, quais pontos se interessam mais e que melhorias eles propõem. Nesse sentido, E04 expõe que

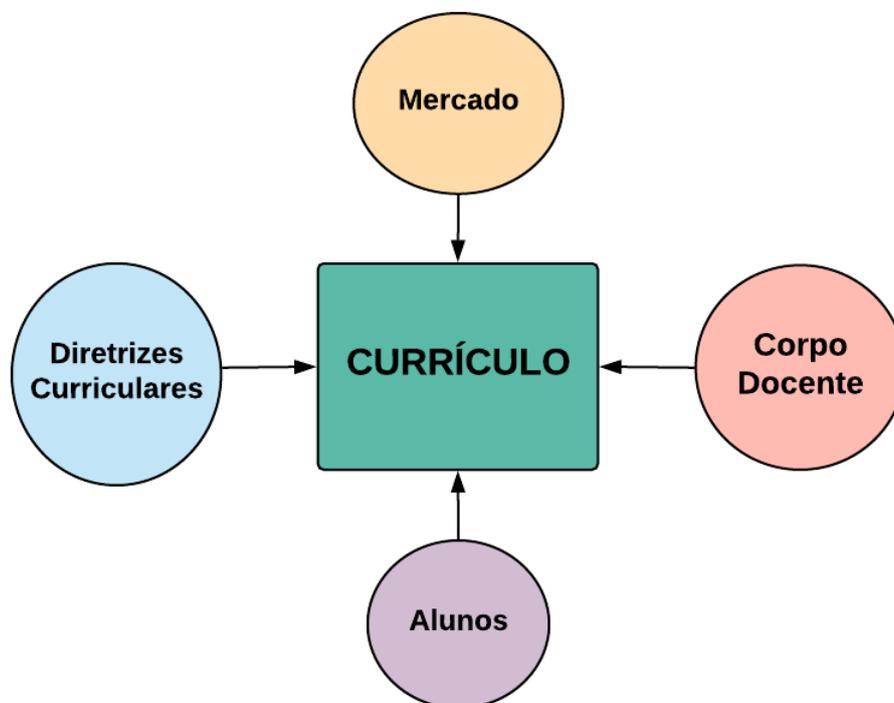
“[...] em primeiro lugar, ele busca ouvir os seus alunos, ex-alunos, seus professores, mas também ouvir as empresas. Não só empresas, mas também as demais instituições, ou seja, são várias bases que a universidade escuta.” (E04).

O corpo docente também é citado como influência. Para E01, E02 e E06, os professores também participam da construção do currículo e tem liberdade para propor mudanças e adequações. Quanto a esse aspecto, E01 traz:

“[...] eu vejo que nas universidades o que influencia muito é a motivação do corpo docente. Então se tem um determinado professor que é apaixonado pela questão ambiental e ele insiste que tem que ter isso na próxima revisão curricular e de alguma maneira ele vai se esforçar ao máximo para incluir alguma coisa sobre Responsabilidade Social e Ambiental no currículo. Se não tiver nenhum professor assim que tenha voz na decisão, isso não é colocado por que tem muitas coisas para colocar e tem um limite que se pode colocar no curso para que ele fique viável e nos parâmetros das diretrizes.” (E01).

Dessa forma, as influências na construção do currículo do curso de Administração podem ser sintetizadas conforme a Figura 6.

Figura 6 - Influências na Construção do Currículo do Curso de Administração na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.7 Atendimento, pelo Currículo Atual do Curso de Administração da Unisinos, às Necessidades das Transformações Econômicas, Sociais e Ambientais Atuais e Futuras

Nessa questão, há uma divisão entre os entrevistados que acreditam que o currículo do curso atual: atende; atende parcialmente; não atende às necessidades das transformações econômicas, sociais e ambientais atuais e futuras. Para E01, E05 e E08, o curso não atende às necessidades pois ainda não possui uma sistematização curricular de conteúdos e práticas que suportem uma formação suficiente para o atendimento dessas demandas. Para esses entrevistados, as atividades acadêmicas não possuem atividades práticas suficientes, de modo que poucas atividades realizam visitas de campo ou projetos que aproximem os alunos do curso à temática de forma mais efetiva.

Nesse sentido, E01 expõe que o currículo atual do curso de Administração da Unisinos não atende às necessidades das transformações econômicas, sociais e ambientais atuais e futuras, pois a abordagem dessas temáticas

“[...] não é suficiente. A prova disso é que quando os alunos de trabalho de conclusão vêm me procurar para orientá-los, quando eles querem fazer algo relacionado a essa temática. Eles não têm base teórica nenhuma, não sabem nem que livro usar. Então eu tenho que passar tudo para eles e eles têm que construir do zero aquele conhecimento, então para mim isso quer dizer que não teve nenhuma disciplina que abordou isso na trajetória dele no curso.” (E01).

Para E02 e E09, o currículo atual atende às necessidades considerando que o curso possui um corpo docente qualificado e que aborda em algumas atividades acadêmicas essas questões. Nesse sentido, E02 expõe:

“olhando especificamente para o curso de Administração da Unisinos, como professor, observa-se que é um currículo que procura estar próximo do mercado e das demandas dessas transformações, do que está acontecendo. Os professores têm uma vasta formação e são professores que atuam no mercado. O curso por exemplo tem uma disciplina chamada projeto social, só o fato de o curso ter uma disciplina com esse nome já denota a preocupação da universidade em olhar para outros campos, outros acontecimentos que estão ocorrendo na sociedade.” (E02).

Já para E03, E04, E06, E07, E10, E11 e E12, o currículo atual atende parcialmente, pois embora exista um esforço nesse sentido e existam disciplinas que contemplem essas demandas, ainda não é uma abordagem ideal que atenda integralmente a essas necessidades, devido ao fato de não haver uma abordagem transversal e que complemente os conhecimentos de cada área. Quanto a esse aspecto, E11 coloca:

“[...] acho que o curso ele se propõe a isso, temos algumas disciplinas que vão nessa linha, mas talvez não seja eficiente por não haver uma integração maior do currículo.” (E11).

Para haver essa integração, E11 considera necessário que os professores tenham maior contato entre si e que possam trabalhar em conjunto em determinados temas, para que haja maior integração do currículo. Essa proposição também é levantada por Barbieri e Silva (2011), que defendem a transversalidade das

temáticas e a interligação entre as várias atividades do currículo para uma abordagem mais completa e eficaz dos temas relacionados à sustentabilidade.

Para E03 e E10, esse processo de buscar atender a essas demandas é contínuo e precisa estar sempre sendo reavaliado em busca de melhorias, de modo que dificilmente conseguirá atender a todas as demandas, pelo caráter acelerado de mudanças no cenário atual. As principais percepções levantadas nesse tópico podem ser sintetizadas conforme o Quadro 11.

Quadro 11 – Atendimento das Necessidades das Transformações pelo Currículo na Percepção dos Entrevistados

	Por quê?
Atende	- Corpo docente qualificado; - Atividades acadêmicas que abordam os temas;
Atende parcialmente	- Atividades acadêmicas que abordam os temas; - Falta integração e transversalidade do currículo;
Não atende	- Falta sistematização curricular dos temas; - Poucas atividades práticas relacionadas aos temas;

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.8 Papel das Escolas de Administração na Promoção de Práticas Econômicas, Sociais e Ambientalmente Responsáveis

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o papel das escolas de administração é central, fundamental e essencial na promoção de práticas econômicas, sociais e ambientalmente responsáveis. Essa importância é ressaltada, segundo E03, E05, E07 e E08, pela responsabilidade e pelo papel, que essas escolas têm, de formadora de gestores conscientes, dispostos a atuar de maneira responsável nas empresas. As concepções desses entrevistados estão em consonância com o que dispõe Macedo, Freitas e Guerra (2013), para quem a formação de pessoas e profissionais preocupados com os problemas socioambientais deve ser uma das responsabilidades das instituições de ensino superior.

Para E06, E11 e E12, as escolas de Administração precisam fazer parte da mudança de paradigma das empresas, ainda muito centradas na questão

econômico-financeira. Essa mudança também está prevista na Agenda 2030 da ONU, que estabelece que as instituições de ensino devem garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para que promovam o desenvolvimento sustentável e mais do que isso, estilos de vida sustentáveis. (ONU, 2015). Dessa forma, fica evidente que a proposição da mudança dos modos não sustentáveis vigentes também deve partir da educação, em todos os seus níveis.

Nessa linha, E05 expõe que essa lógica econômico-financeira dominante já não mostra mais sua efetividade na medida que mina o crescimento das populações menos abastadas e excluídas da sociedade de consumo e cabe às escolas de Administração fomentar a construção de uma nova lógica econômica de desenvolvimento. Nesse sentido, E05 expõe:

[...] como formadoras de gestores, essas escolas de Administração têm todo o papel porque são as grandes formadoras de gestores no Brasil. Então acredito que elas devem possuir esse compromisso de inserir na formação desses alunos, essas temáticas. Reforço que se tu não injetas novos conceitos, tu vais ter sempre uma mentalidade mais conservadora e uma lógica dominante, que é uma lógica econômica vencedora. Então no momento que tu começa a partir a entrada de novas lógicas, também vai fomentando isso nos alunos. Como exemplo de novas lógicas: economia solidária, cooperativismo, economia circular. Quando tu promove não apenas um empreendedorismo de negócio, mas um empreendedorismo social, também está fomentando isso. Então o papel dessas escolas é fundamental, no sentido de tu injetar na formação essas temáticas, com vistas a propiciar que o aluno tome uma decisão com relação a sua carreira com muito mais propriedade. E muitas vezes se ele não conhece o que é possível, ele vai no tradicional. Então quando a instituição propõe esse debate, ajuda os alunos a pensarem e a se desenvolverem nesse sentido. Então o papel é total, é um compromisso social que os cursos têm que ter.” (E05).

E para essa construção ocorrer, a mudança passa pelo engajamento, pela formação que as escolas de Administração se propõem a oferecer aos seus alunos. Tal posição está de acordo com Venzke e Nascimento (2013), para quem dentre os papéis das universidades se inclui a geração de pesquisas e conhecimento baseados na resolução de problemas da sociedade, nos quais se inclui o desafio do desenvolvimento sustentável.

4.2.9 A Contribuição da Abordagem do Tema RSE para a Formação do Aluno do Curso de Administração

De acordo com os entrevistados, quando o tema RSE é abordado na formação do administrador, o aluno desenvolve uma visão mais ampla da realidade, não só da realidade da empresa onde trabalha, mas de sua realidade individual. Nesse sentido, E05 pontua que a principal contribuição da abordagem desse tema é a de proporcionar o conhecimento de novas formas de gestão, que apesar de considerarem os aspectos econômico-financeiros do negócio, não se limitem a isso.

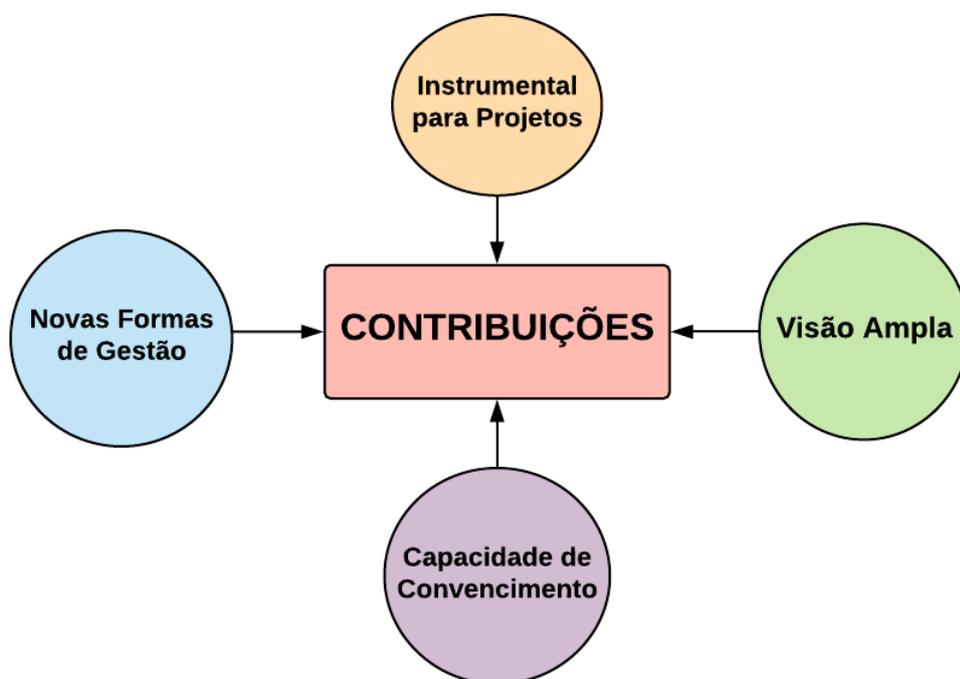
Essa visão está de acordo com o que propõe Kuzma et al. (2016), que traz que a tomada de decisões nas organizações requer a articulação dos elementos ligados à dimensão social e ambiental do negócio, permitindo uma visão além do lucro e da viabilidade econômica.

Para E08, a abordagem do tema RSE contribui para que o aluno tenha um instrumental, que possibilite desenvolver projetos sociais nas empresas e propor as práticas de RSE com uma boa fundamentação, para que possa convencer os demais gestores e proprietários/acionistas da organização na qual está inserido, de que as práticas de RSE são positivas e trazem retorno para a empresa. Nesse sentido, E08 afirma:

“[...] acho que tem um ganho fantástico na formação, que é preparar alguém para o mercado, preparar um administrador que possa ter esse olhar da importância da RSE para empresa privada, para empresa pública ou para uma empresa de terceiro setor, que tá na essência dela essa questão. Eu acho que a RSE auxilia muito o aluno a entender que a empresa não é só lucro e que o lucro social ele pode ser tão bom ou melhor que o lucro do dinheiro. Então acho que essa abordagem tem o papel de mostrar que hoje pode-se pensar em negócios que vão ter impacto para vida das pessoas, que vai melhorar a qualidade de vida delas, da sociedade como um todo. Então acho que esse papel ele é muito forte.” (E08).

Tal percepção, está de acordo com o que traz Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), para quem a proposição da inserção de práticas de RSE nas atividades da empresa advém de profissionais administradores que em algum momento tiveram contato com o tema em sua formação. Dessa forma, as principais contribuições da abordagem do tema RSE para a formação do administrador podem ser sintetizadas conforme a Figura 7.

Figura 7 – Contribuições da Abordagem da RSE para Formação do Administrador na Percepção dos Entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.10 Forma de Abordagem do Tema RSE Realizada em Sala de Aula

Dos 12 professores entrevistados, sete afirmaram que ministram ou já ministraram atividades acadêmicas no curso de Administração da Unisinos cujas Ementas previam a abordagem do tema RSE. Dos cinco professores que nunca ministraram alguma atividade cuja ementa previa o tema, apenas um afirmou que abordava a temática mesmo assim.

Quanto às formas de abordagem do tema, os professores afirmaram que buscam sempre mesclar aulas expositivas com abordagens práticas, utilizando casos reais, visitas de campo, recursos audiovisuais e desenvolvimento e aplicação de projetos sociais. Os entrevistados E05, E06, E11 e E12 pontuam que a abordagem prática é priorizada dentro do possível, na medida que se busca mostrar aos alunos como as questões estudadas se desenvolvem na realidade.

Nesse sentido, E05 afirma:

"[...] temos por obrigação trazer essa realidade para os alunos, então a gente procura aproximar, quando pedimos para o aluno participar de um

projeto, por exemplo, é para isso, para ele ter contato com essa realidade. No começo ele reclama um pouco, mas quando ele começa a ver sentido nisso, ele acaba se envolvendo.” (E05).

A aproximação das temáticas abordadas em sala de aula da realidade dos alunos está de acordo com o que Barbieri e Silva (2011) e Demajorovic e Silva (2012) consideram uma abordagem efetiva dos temas ligados à sustentabilidade. Os autores consideram que aproximar essas temáticas da realidade dos alunos ao abordá-las em sala de aula faz parte de estratégia ideal para engajá-los e promover uma formação que os motive a desenvolver as práticas de RSE em sua atuação profissional.

4.2.11 Desafios para Tratar do Tema RSE em Sala de Aula

Os desafios citados foram a dificuldade de aproximar a temática da realidade dos alunos e a dificuldade de gerar interesse dos alunos pela temática. Para E02, E05, E06, E08 e E09, a abordagem do tema RSE muitas vezes não consegue se aproximar da realidade dos alunos, tanto em sua vida pessoal quanto profissional. No que tange à vida pessoal, E05 e E08 pontuam que o perfil heterogêneo do aluno do curso de Administração da Unisinos faz com que uma parte desses alunos esteja muito distante da realidade de problemas sociais e ambientais, o que acaba gerando desinteresse pelo assunto.

Nessa perspectiva, E05 expõe:

“[...] o grande desafio é que isso faça sentido para os alunos, [...] nós estamos vivendo tempos muitos difíceis e de invisibilidade para as questões sociais, então o grande desafio é o processo de mobilização do aluno para essas temáticas, é que isso faça sentido realmente para ele, porque depois que começa a fazer sentido, ele compra a causa.” (E05).

Nesse sentido, alguns autores colocam que o maior problema dos programas de ensino em Administração atualmente, no que diz respeito ao tema da RSE, refere-se abordagem estanque e a falta de relação do conteúdo com a realidade dos alunos. (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012; FRANCO, 2016; SILVA et al.; 2013).

No que se refere à distância da realidade das empresas, os entrevistados citam que como não há um comprometimento da maioria das organizações quanto à

RSE, os alunos têm dificuldade de ver a aplicação prática do que aprendem em sala de aula.

Também é citado por E11, que o próprio curso de Administração dificulta a aproximação dos alunos com a temática pois a abordagem na maior parte do currículo é em uma lógica econômico-financeira, e quando os alunos se deparam com assuntos ligados à RSE, eles têm uma quebra dessa lógica construída durante todo o curso. Quanto a esse aspecto, E11 ainda afirma:

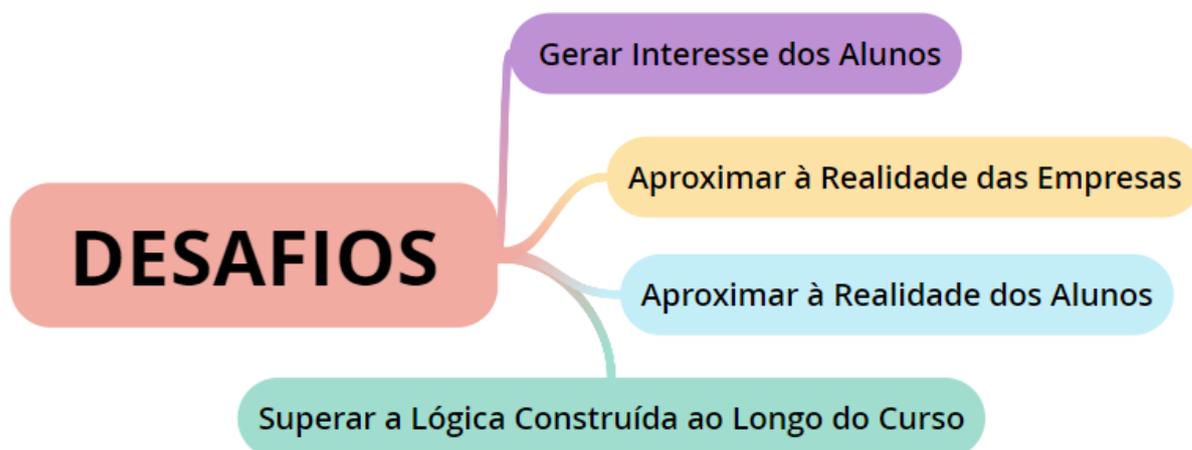
“[...] o maior desafio é quebrar a lógica do curso, porque o aluno vem de toda uma lógica das disciplinas e chega no projeto social, por exemplo, e tem um choque. Então a gente está ensinando de um jeito para ele durante todo o curso e chega nessas disciplinas pra gente falar que é de outra forma. Então é complicado para ele entender, para ele questionar as próprias concepções que o curso construiu para ele.” (E11).

Entretanto, conforme expõe Demajorovic e Silva (2012), as atividades acadêmicas não precisam deixar o foco da lógica econômico-financeira para abordar questões relacionadas à sustentabilidade. Essa interrelação pode ser feita para que os assuntos não fiquem presos em suas caixas, de modo a promover a transversalidade e possibilitar que haja uma complementação entre os conteúdos.

Essa constatação está de acordo com Costa et al. (2013), para quem as escolas de Administração priorizaram, historicamente, em suas abordagens educacionais, a busca pelo lucro empresarial e por maneiras já consagradas de gestão, que privilegiam o enriquecimento individual dos proprietários das empresas.

Os principais desafios para tratar do tema em sala de aula expostos nesse tópico podem ser sintetizados conforme a Figura 8.

Figura 8 - Desafios para Tratar do Tema RSE em Sala de Aula na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.12 Abordagem Ideal do Tema RSE na Formação do Administrador

Dos 12 professores entrevistados, oito consideram que a melhor forma de abordar a temática da RSE é de forma transversal, perpassando todo o currículo. Por outro lado, quatro entrevistados consideram que a abordagem em disciplinas isoladas e específicas do curso são a melhor forma.

Para E03, E06, E11 e E12, ao perpassar todo o currículo do curso, a temática da RSE deve ser explorada relacionando seus conceitos e práticas com as atividades acadêmicas, buscando mostrar ao aluno como essas práticas se inserem nas mais diversas áreas da Administração. Nesse sentido, E03 afirma:

[...] a forma ideal seria abordar esse tema de uma forma global, perpassando por todo o currículo. No entanto, acredito que não se pode colocar essa abordagem em extremos, ou seja, não se pode nem deixar essa questão totalmente a critério do professor, se ele quiser ele aborda, se não quiser não aborda, mas também não se pode colocar uma imposição que vem de cima para baixo, obrigando os professores a abordar esse tema em todas as disciplinas. Acho que é algo que já está colocado, o professor deve saber que esse tema é importante, a cultura da Unisinos já pressupõe que se tem essa preocupação de formar alunos com uma formação acadêmica de qualidade mas também formar sujeitos com visão responsável, com visão preocupada com o desenvolvimento da sociedade.” (E03).

A transversalidade da temática da RSE no currículo é a maneira ideal também defendida por Barbieri e Silva (2011), Demajorovic e Silva (2012) e Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), para quem a abordagem ideal se constitui através de um tratamento transversal que aborde os temas da RSE nas diversas disciplinas oferecidas pelo curso. Ainda de acordo com os autores, essa proposta pretende fazer com que a preocupação social e ambiental penetre nas disciplinas básicas, instrumentais e de formação profissional, a fim de que o futuro administrador considere o meio ambiente e a sociedade em todas as suas decisões como gestor.

Já para E01, E05 e E10, há uma grande dificuldade de integrar a temática por todo o currículo devido à existência de atividades acadêmicas muito específicas e técnicas, o que compromete e pode limitar o repasse de todo o conteúdo que precisa ser abordado. Além disso, E01, E05 e E09 pontuam que nem todo professor tem formação e prática suficiente para abordar essa temática relacionando com sua área.

Dessa forma, E01 defende que se for feita uma estratégia de integração dessa temática no currículo, deve-se designar professores especialistas na temática para que auxiliem os demais, mostrando técnicas e formas de abordagem do assunto nas mais diferentes áreas do curso. Quanto a esse aspecto, E09 traz:

“[...] o ideal seria perpassar o curso, o problema é como fazer isso. Se tiver uma forma que isso seja natural, acho que deve perpassar, mas não deve ser uma coisa forçada. Vamos jogar isso ali porque é bacana. Eu por exemplo não me sentiria à vontade de discutir isso na minha disciplina porque eu não tenho conhecimento suficiente. Então acho que se for perpassar, tem que ter algo bem ligado e bem articulado nas disciplinas, se não, é melhor tratar em específicas com professores competentes para tratar esse tema.” (E09).

Para E10 e E07, é mais proveitoso e possui melhores resultados, que a abordagem seja feita em atividades acadêmicas específicas, com professores especialistas no tema e com ampla experiência. Esses entrevistados reforçam, no mesmo sentido de E01, que não há por parte dos professores em geral uma formação suficiente para uma abordagem eficaz do tema, portanto, é preferível que professores especialistas tenham essa prerrogativa em atividades acadêmicas específicas do curso.

No entanto, depreende-se de Barbieri e Silva (2011), Demajorovic e Silva (2012) e Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) que a falta de qualificação docente e a falta

de integração no currículo do curso de Administração, de um modo geral, não devem ser utilizadas como barreiras intransponíveis para o tratamento transversal da temática da RSE. Esses obstáculos devem ser superados com o trabalho conjunto dos docentes, que podem e devem buscar, a partir de um comprometimento institucional (já existente na Unisinos, por exemplo), uma maior qualificação nas áreas da Sustentabilidade e da RSE. Essa qualificação permitirá, seguido de uma integração da temática no currículo, seja por revisão de grade curricular, seja por revisão de Ementas de atividades acadêmicas, uma formação mais ampla do administrador naqueles preceitos também expostos em documentos institucionais da própria Unisinos. Pode-se sintetizar a abordagem ideal com uma convergência de fatores, conforme a Figura 9.

Figura 9 – Abordagem Ideal do Tema RSE na Formação do Administrador na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.13 Institucionalização da Abordagem do Tema RSE na Formação do Administrador

Quanto a esse aspecto, os professores apresentaram duas posições: a majoritária (oito entrevistados) considera que a universidade deve institucionalizar a abordagem do tema RSE de forma transversal no currículo do curso de Administração. Para isso, devem ser dadas orientações claras e estabelecidas diretrizes para que se aborde essa questão nas várias atividades do currículo. Para E01 e E11, isso se justifica pelo fato de que se não houver essa institucionalização, dificilmente haverá uma abordagem transversal, pois, cada professor ficaria “livre” para abordar ou não o tema e, dessa forma, os mais identificados com a temática abordariam e os demais deixariam de lado.

Já para quatro entrevistados, deve-se deixar a critério dos professores abordarem em suas aulas a temática da RSE. Isso se justifica, para E03, devido ao fato de essa abordagem já estar subentendida, considerando, segundo esse entrevistado, que a Unisinos é uma universidade que procura formar alunos conscientes e responsáveis. Já para E10, essa maior liberdade se justifica pelas várias atividades específicas e técnicas do curso que possuem um conteúdo muito próprio, o que muitas vezes não permite uma “saída” ou não possui muita margem para inclusão de outras temáticas, como a RSE por exemplo.

A forma institucionalizada é defendida por Barbieri e Silva (2011), Demajorovic e Silva (2012), Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) e Costa et al. (2013), que consideram o comprometimento e o direcionamento institucional essenciais para a efetiva formação de administradores mais conscientes, mais engajados, e que possuam um instrumental, composto de conhecimentos, habilidades e experiências desenvolvidos na graduação, que possibilite sua atuação efetiva no desenvolvimento de práticas econômicas, sociais e ambientalmente responsáveis.

4.2.14 Abordagem do Tema RSE Suficiente para Impactar a Atuação Profissional do Aluno

Em relação à abordagem atual do tema RSE no curso de Administração da Unisinos ser suficiente para impactar a atuação profissional dos alunos, oito professores não consideram suficiente e quatro consideram suficiente.

Para E01 e E05, não é suficiente pelo fato de não haver atividades acadêmicas específicas suficientes que abordem a temática. Além disso, esses entrevistados pontuam que algumas atividades que abordam o tema são optativas, o que impede que a totalidade dos alunos tenham contato com esse tema. Quanto a essa questão, E05 afirma que a abordagem

“[...] não é suficiente, eu acho que é pouco. Vejo que em outros países por exemplo, essa questão já está bem mais desenvolvida, então acho que dá para melhorar, mas aí é um trabalho de gestão do curso mesmo, identificar oportunidades em diferentes atividades acadêmicas e tentar fomentar um pouco mais isso. Acho que naturalmente isso vai ocorrer com a aprovação da legislação que prevê 10% do currículo em atividades extensionistas e essas atividades pressupõe uma ação social. Então algumas atividades não podem ficar a critério do aluno, pois se a universidade quer formar um aluno com determinado perfil, ele deve passar por essas atividades que desenvolvam esse perfil.” (E05).

Já para E04 e E07, a abordagem não é suficiente pois apesar de existirem atividades práticas, elas são em um número pequeno.

Nesse sentido, E03 justifica que a abordagem atual não é suficiente devido à falta de mais atividades práticas, o que limita o impacto da abordagem desse tema na atuação profissional do aluno. Há ainda, segundo E03, uma dificuldade de ampliar essas atividades práticas devido ao perfil da maioria dos alunos do curso, que segundo esse entrevistado, não possui tempo disponível para fazer visitas ou participar de práticas em campo.

Outra justificativa levantada para o não impacto da abordagem atual é levantada por E09, para quem esse impacto só se dá em alunos que tenham uma vocação para causas sociais e ambientais. Segundo esse entrevistado, não é a abordagem durante a graduação que vai fazer o aluno levar isso para sua vida, seja pessoal ou profissional. Nesse sentido, E09 pontua:

“[...] o que a gente faz é propor, é provocar a reflexão, provocar a discussão, mas não dá para esperar que isso seja suficiente. Então o cara que não tá nem aí, que não liga pra esse assunto, ele não vai sair daqui transformado, a gente não pode esperar isso e nem cobrar, eu acho que a abordagem desse tema na formação é muito mais uma forma de fomentar e de instrumentalizar essas práticas para aqueles alunos que já tem esse interesse, que já tem essa visão do que transformar ou mudar aqueles que não tem o interesse. Então o aluno sem essa visão, ele pode fazer 10 disciplinas com esse tema, que ele vai sair igual entrou, agora se tu tem

essa visão, essa sementinha, isso vai me impulsionar. Essas coisas são muito culturais, então para nós é difícil mudar.” (E09).

Entre os entrevistados que consideram que a abordagem é suficiente para impactar a atuação profissional dos alunos, E02 justifica que o curso possui professores com vasta experiência e cita que as atividades práticas desenvolvidas ajudam nesse aspecto. Para E12, a abordagem é suficiente pois incentiva o aluno a pensar e refletir as questões sociais e ambientais, inserindo em sua formação essa preocupação. Ainda de acordo com E12, a abordagem impacta pois há casos de alunos em formação e egressos que desenvolvem projetos em suas empresas ou mesmo se tornam empreendedores sociais. Essa questão também é citada por E10, que pontua que os alunos trazem experiências que desenvolvem nas empresas e apresentam interesse em participar de projetos sociais desenvolvidos pela Unisinos.

As principais percepções levantadas neste tópico podem ser sintetizadas conforme o Quadro 12.

Quadro 12 - Abordagem Realizada no Curso de Administração da Unisinos na Percepção dos Entrevistados

	Por quê?
Abordagem suficiente	- Corpo docente experiente; - Incentivo à reflexão sobre a temática;
Abordagem insuficiente	- Poucas atividades acadêmicas que tratam do tema; - Poucas atividades práticas;

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.15 Desafios do Aluno do Curso de Administração ao Propor Práticas de RSE nas Empresas

O desafio citado por todos os entrevistados foi o de convencer os gestores e os proprietários das empresas de que a incorporação de práticas de RSE não traz apenas custos adicionais. Para E01, E02, E04 e E07, as empresas possuem uma resistência em relação à incorporação de práticas de RSE, pela visão de que desenvolver essas práticas traz custos adicionais para a empresa. Quanto a esse aspecto, E02 afirma:

“[...] o maior desafio é convencer os donos, a alta administração, a gerência, e convencê-los a comprar a ideia, demonstrar para eles que isso é rentável e viável para organização. Provar que isso vai trazer resultados objetivos para a empresa, vai trazer um retorno, um valor para a organização. Só que para isso ele precisa ter esse contato com essas temáticas na formação, pois se ele não dominar o tema, não terá essa capacidade de convencimento, não vai ter como argumentar para poder propor.” (E02).

O processo de convencimento também é citado por E08 que considera como desafio

“[...] a cultura, que é aquilo do "não, aqui isso nunca foi feito, não, aqui sempre foi assim e tu não pode mudar". Então é aquela barreira que as pessoas têm em um primeiro momento que é a dificuldade da mudança. Então isso é a parte mais difícil quando tu propõe. Então tu precisa fazer um processo de convencimento, saber quem são as pessoas parceiras. E na verdade, quem decide, também tem que querer, e aí é um processo de convencimento porque a pessoa tem que enxergar valor nisso, então ir aos pouquinhos. Às vezes as pessoas mais envolvidas pensam que pequenas ações são muito pouco, mas mesmo sendo pouco já é alguma coisa, já mostra que a empresa está fazendo algo e isso pode ir aumentando com o tempo, então hoje ela doa um brinquedo, amanhã ela doa uma hora de trabalho, e assim vai. Então se tu chegar na empresa lá com 150 itens de RSE, ninguém vai te dizer "vem, que vai ser maravilhoso", não é assim que funciona, é um processo de convencimento também.” (E08).

Dentro desse processo de convencimento, E07 e E08 citam que em um momento de crise econômica, a dificuldade aumenta, pois, as empresas empregam todos os seus esforços em sobrevivência econômico-financeira, ficando menos propensas a investir em outros projetos.

Outro desafio é superar a resistência à mudança que os gestores e os proprietários podem apresentar. Para E03, E05 e E11, a incorporação de práticas sociais e ambientalmente responsáveis requer uma mudança de paradigma e de cultura organizacional. Essa mudança pode incomodar os colaboradores, pois os tira de uma zona de conforto e os provoca a rever seus processos de trabalho e suas próprias concepções de gestão e processo produtivo. Nesse sentido, E05 afirma que os principais desafios para os alunos proporem práticas de RSE são

“[...] conservadorismo e lógica econômica, o modelo mental das empresas e dos gestores é muito monetário. Então muitas vezes é difícil fazer esse enfrentamento, o jovem administrador ele às vezes não tem bagagem

para enfrentar essas discussões dentro das empresas, por isso a importância de tu desenvolver isso na formação dele. Tu não vai conseguir chegar na empresa e propor esses projetos, se tu não tiver com isso bem desenvolvido na tua cabeça, se tu não tiver a formação e isso fazer sentido para o aluno.” (E05).

Os desafios citados pelos entrevistados também aparecem na fundamentação teórica da pesquisa, Dias (2012) e Ashley (2005) trazem que há uma grande resistência das empresas a desenvolver práticas de RSE, pois veem um aumento de custos nessas ações. No entanto, os mesmos autores colocam, a exemplo de Tachizawa (2015), que a incorporação de práticas de RSE traz diversas vantagens para as empresas. Tem-se, segundo Costa et al. (2013) e Silva et al. (2013), que os profissionais precisam, ao proporem práticas de RSE, trazer essas vantagens e mostrar a viabilidade dos projetos. Essa capacidade e esse instrumental se desenvolve por meio da formação de administradores que inclua de maneira transversal e com experiências práticas as temáticas da RSE. (BARBIERI; SILVA, 2011; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Os desafios elencados podem ser sintetizados conforme a Figura 10.

Figura 10 - Desafios para Propor Práticas de RSE nas Empresas na Percepção dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após ter apresentado os principais resultados obtidos nesta pesquisa e sua análise, apresenta-se no próximo capítulo as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de Responsabilidade Social Empresarial vêm sendo cada vez mais cobradas e desenvolvidas pelas empresas, algumas o fazem por interesse estritamente econômico-financeiro, outras por um compromisso institucional com as questões de Sustentabilidade. Em qualquer um desses casos, a demanda por profissionais administradores que tenham formação voltada para essas práticas tende a aumentar, e dessa forma, tem-se que esses sujeitos precisam estar preparados para atender a esses anseios, tanto das empresas quanto da própria sociedade.

A formação de administradores, apesar de historicamente ter privilegiado o enfoque econômico-financeiro em detrimento de quaisquer outras perspectivas, está em atualização e se compromete cada vez mais com uma formação voltada para as questões socioambientais. Essa formação requer um engajamento múltiplo, da instituição de ensino, da coordenação do curso, do corpo docente e dos alunos. Por parte da instituição, há a assunção de compromissos em sua gestão e em suas propostas didático-pedagógicas. Essas propostas passam por uma prática docente que também se volte para a abordagem das temáticas socioambientais. Para isso, é necessário que novas práticas sejam desenvolvidas, em especial a interdisciplinaridade, considerada atualmente como a maneira mais efetiva de abordagem no currículo do curso de Administração das temáticas citadas.

Entretanto, não basta apenas prever conteúdos que tratem da Responsabilidade Social Empresarial, é necessário um desenvolvimento prático dos conceitos, com aproximação desses com a realidade dos alunos. Assim, será possível que a abordagem impacte a atuação profissional dos administradores, de maneira que possam contribuir com uma sociedade mais sustentável, que desenvolva formas alternativas ao modelo de produção e de consumo vigentes, que tantos problemas já causaram e continuam causando à sociedade e ao meio ambiente.

De forma geral, a Unisinos se compromete em nível institucional com a Responsabilidade Social Universitária, que entre seus preceitos prevê a formação de egressos socialmente responsáveis. Esse compromisso está presente nos valores institucionais da universidade e em seu sistema de autoavaliação institucional. O curso de Administração da universidade também contempla, em seus documentos,

em linhas gerais, esse compromisso e objetivo. O Projeto Político Pedagógico, por exemplo, contempla entre os objetivos do curso e o perfil desejado do egresso, o desenvolvimento de competências como ética e responsabilidade social.

Entretanto, os sujeitos da pesquisa, professores do curso de Administração da Unisinos, possuem visões variadas sobre a efetividade desses compromissos e objetivos do ponto de vista prático. Essa contradição também aparece em relação ao que é previsto nas Ementas das atividades acadêmicas e o que realmente é desenvolvido em sala de aula, conforme constatado por meio de observação direta. Nesse sentido, verificou-se que nem sempre o conteúdo contido na ementa da atividade é abordado em sala de aula.

Em relação à percepção docente, os sujeitos entrevistados enxergam o desenvolvimento da RSE como incipiente na maior parte das empresas nacionais, apontam que essa questão está mais consolidada entre as empresas globais que atuam no Brasil e no exterior, e que isso se deve a um fator cultural, que também inibe a procura das empresas nacionais por profissionais administradores com formação voltada para práticas de RSE. Apesar desse panorama, os entrevistados apostam que, em decorrência das vantagens trazidas pela incorporação da RSE, as empresas nacionais tendem a desenvolver mais a temática e a procurar profissionais administradores com formação nessa área nos próximos anos.

Já em relação à abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial, os sujeitos consideram importante e afirmam o papel das escolas de Administração na promoção de práticas econômicas, sociais e ambientalmente responsáveis como central, fundamental, essencial. No entanto, diferem da efetividade da abordagem das temáticas realizada atualmente no currículo do curso de Administração da Unisinos. Nesse aspecto, os entrevistados, majoritariamente, seguem o que os autores referenciados expõem: a abordagem da temática RSE, assim como os temas ligados à sustentabilidade, deve ser realizada de maneira transversal e integrada, perpassando e conectando as várias atividades acadêmicas do currículo, o que não acontece atualmente no curso da Unisinos, que ainda possui uma abordagem um tanto delimitada a algumas atividades específicas, o que também é confirmado pela análise das Ementas.

Nessa perspectiva, também é relevante o aspecto da quantidade de atividades do currículo que possuem o tratamento da temática, mas são optativas, ou seja, nem todos os alunos cursarão a totalidade de atividades que abrangem

esses temas. Dessa forma, pode-se questionar uma maior inserção da temática nas demais atividades do curso, que não necessariamente tenham esse foco, mas que possam comportar uma associação, uma ligação, um compartilhamento de conhecimentos entre os assuntos técnicos da área de Administração e as questões socioambientais.

Isso posto, tem-se que a pesquisa mostra que há um caminho sendo percorrido e que tem, de certa forma, contribuído para uma inserção da temática RSE e temas correlatos no curso de Administração da Unisinos, visto que há atividades acadêmicas com abordagem da temática e que o corpo docente percebe a importância dessa abordagem.

No entanto, esse processo, de acordo com os docentes entrevistados, tem um avanço a ser feito em relação à maneira como o tema é abordado no currículo, de forma não transversal e sem integração com as diversas áreas da Administração. Dessa constatação, questiona-se de qual modo esse avanço pode ser feito. Uma forma possível é a maior comunicabilidade entre as atividades acadêmicas, de forma que possa haver complementação dos conteúdos, o que necessita de um processo de sistematização curricular que estabeleça como finalidade específica integrar os conhecimentos.

De todo modo, esse processo de avanço (identificado como uma necessidade a partir dos resultados dessa pesquisa) demanda uma participação de todas as partes envolvidas, como aponta a fundamentação teórica. Nesse sentido, é imperativo que se estabeleça uma cooperação entre coordenação de curso, corpo docente e alunos, tanto egressos quanto em formação, para que haja contribuições desses atores na construção dessas melhorias.

No que se refere ao método de pesquisa utilizado nesta investigação, não é possível estabelecer a percepção, dos sujeitos entrevistados, elencada nos resultados como a percepção geral dos docentes do curso de Administração da Unisinos, tendo em vista que não foi ouvida a totalidade desses sujeitos e que dentro da própria fração participante, houve posições diversas sobre as questões levantadas. Portanto, não é possível estabelecer uma verdade geral acerca da investigação e aplicá-la como a percepção única e uniforme do corpo docente.

Considerando que o curso de Administração da Unisinos estará diferente a partir do semestre 2019/1, com um currículo redesenhado e oferecendo maior liberdade para os novos alunos escolherem o caminho da sua formação, sugere-se

para investigações futuras, indagar o impacto dessas modificações na percepção docente levantada na presente investigação, verificando se houve alguma mudança em relações aos resultados desta pesquisa e se a abordagem da RSE e dos temas correlatos mudou e de que forma se apresenta no novo curso.

Além disso, indo além do que foi abordado nesta investigação, pode-se, em uma futura pesquisa, acrescentar o ponto de vista dos alunos do curso de Administração, tanto os egressos quanto os em formação. Assim, poderia ser analisado como esses sujeitos compreendem a abordagem da RSE no curso, como se envolvem com a temática, qual o nível de interesse por esse e outros temas relacionados às questões socioambientais. Dessa forma, seria possível traçar um paralelo entre as diretrizes institucionais presentes em documentos e sítios da universidade, a percepção docente e a percepção dos alunos, formando um estudo abrangente capaz de nortear ações ou proposições de melhoria no curso de Administração da Unisinos, no que se refere à abordagem dessas temáticas.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patricia Almeida. Responsabilidade social empresarial: um modelo genérico para análise e orientação estratégica. In: ASHLEY, Patricia Almeida (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 6. p. 99-121.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 26000**: Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: Abnt, 2010. 110 p. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES CONFIADAS A LA COMPAÑÍA DE JESÚS EN AMÉRICA LATINA (AUSJAL). **Políticas y Sistema de Autoevaluación y Gestión de la Responsabilidad Social Universitaria en Ausjal**. Córdoba: Alejandría Editoria, 2009. Disponível em: <<https://ausjal.org/wp-content/uploads/Pol%C3%ADticas-y-Sistemas-de-Autoevaluaci%C3%B3n-y-Gesti%C3%B3n-de-la-RSU-en-AUSJAL.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu. **Educação Ambiental na Formação do Administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: Da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARROS, Amon. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.88-100, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3232/323250132006/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. CNE – Conselho Nacional de Educação. **Resolução 4** de 13 de julho de 2005. **DCN 2005**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

BRUNNQUELL, Claudine. **Sustentabilidade nos Cursos de Administração: um olhar para as experiências docentes à luz dos conceitos de reflexão crítica e aprendizagem transformadora**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/621/1/ClaudineBrunnquell.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CARNEIRO, Wanderley. **Bacharelado em Administração: o currículo e as necessidades contemporâneas para a formação profissional**. 2015. 260 f. Tese (Doutorado) - Programa Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/9878/1/Wanderley%20Carneiro.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **História da Profissão**. 2018. Disponível em: <<http://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12. ed. Porto Alegre: Amgh, 2016.

COSTA, Francisco José da et al. Valores pessoais e gestão socioambiental: um estudo com estudantes de Administração. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.183-208, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712013000300008&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 19 maio 2018.

DEMAJOROVIC, Jacques; SILVA, Helio Cesar Oliveira da. Formação interdisciplinar e sustentabilidade em cursos de Administração: desafios e perspectivas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 5, p.39-64, out. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v13n5/v13n5a03.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DIAS, Reinado. **Gestão Ambiental, Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: Fundamentos e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. **Interdisciplinaridade: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.10-23, out. 2011. Disponível em: <http://www.pucsp.br/gepi/revista_out_2011.html>. Acesso em: 31 maio 2018.

FRANCO, Izabela Teixeira et al. A inserção da temática da Sustentabilidade na formação de futuros gestores: como os professores se deparam com o assunto? **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.571-607, jul. 2015. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/284>>. Acesso em: 20 maio 2018.

FRANCO, Izabela Teixeira. **Responsabilidade Social Empresarial no Ensino Superior: Relevância da Temática para Futuros Administradores**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3679819>. Acesso em: 01 abr. 2018.

G1. **United chega a perder quase US\$ 1 bi em valor de mercado após vídeo de passageiro arrastado**. 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/united-chega-a-perder-quase-us-1-bi-em-valor-de-mercado-apos-video-de-passageiro-arrastado.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade Social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino et al. Consciência Ambiental: um Estudo Exploratório Sobre suas Implicações para o Ensino de Administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 08, n. 1, p.0-1, jun. 2009. Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482009000100004.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; HERRERA, Carolina Bohórquez; CRUZ, Myrt Thânia de Souza. Desafios (e dilemas) para inserir "Sustentabilidade" nos currículos de administração: um estudo de caso. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.119-153, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a06v14n3.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016: Principais Resultados**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para Sustentabilidade nos Cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.21-50, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 26 abr. 2018.

KUZMA, Edson Luis et al. A Inserção da Sustentabilidade na Formação de Administradores. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAs**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.146-165, mai. 2016. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/430/pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LOPES, Marta Maria Cordeiro. **A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica**. 2015. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Marketing, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10038/1/Tese_Out_2015_Final_Juri.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

LOPES, Paulo da Costa. A formação do administrador no ensino de graduação: uma reflexão. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 27, n. 2, p.187-201, abr. 2006.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3749/3009>>. Acesso em: 02 abr. 2018

MACEDO, Carla Vanessa Pinto de; FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; GUERRA, Diego de Sousa. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.75-97, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n1/04.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade Social e Governança: O debate e as implicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas Para O Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PERSEGUINI, Alayde dos Santos. **Responsabilidade Social**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2015.

QUEIROZ, Adele. Aplicação de modelos de responsabilidade social à realidade brasileira. In: ASHLEY, Patricia Almeida (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 5. p. 85-98.

SACCOL, Amarolinda et al. **Metodologia de Pesquisa em Administração: uma abordagem prática**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERAO, Luiz Antonio Jucá et al. Valorização do tema “Responsabilidade Social” em Instituições de Ensino Superior? Análise de cursos de Administração no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p.462-481, set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15nspe/1679-3951-cebape-15-spe-00462.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SERTEK, Paulo. **Responsabilidade Social e Competência Interpessoal**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SILVA, Minelle Enéas da et al. Um espelho, um reflexo! A Educação para a Sustentabilidade como subsídio para uma tomada de decisão consciente do administrador. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3,

p.154-182, jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a07v14n3.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**. 2005. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

UNISINOS. **Graduação em Administração: Professores**. 2018. Disponível em:
<<http://www.unisinos.br/graduacao/administracao/presencial/sao-leopoldo/professores>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

UNISINOS. **GR15001 - CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO - DIURNO e NOTURNO (Habilitação 002 - Matriz Curricular 002)**: Reconhecimento: Decreto 75.577/1975 - DOU 09/04/1975; Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC 272/2017 - DOU 04/04/2017. Disponível em:
<<http://www.unisinos.br/vestibular/images/cursos/grades-curriculares/GR15001-002-002.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

UNISINOS. **Institucional: A Unisinos**. 2018. Disponível em:
<<http://www.unisinos.br/institucional>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

UNISINOS. **Matriz Curricular**. São Leopoldo. Disponível em:
<<https://bit.ly/2CW5uae>>. Acesso em: 26 maio 2018.

UNISINOS. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

UNISINOS. **Valores Institucionais**. Disponível em:
<<http://www.unisinos.br/institucional/a-unisinos/valores-institucionais>>. Acesso em: 25 set. 2018.

VELOSO, Leticia Helena Medeiros. Ética, valores e cultura: especificidades do conceito de responsabilidade social corporativa. In: ASHLEY, Patricia Almeida (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 1. p. 3-13.

VENZKE, Cláudio Senna; NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. Caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.26-54, maio 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a03v14n3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa: do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Caracterização dos Entrevistados
<p>a) Gênero: M (<input type="checkbox"/>) F (<input type="checkbox"/>)</p> <p>b) Área Principal de Docência: _____.</p> <p>c) Tempo de Docência na Unisinos: _____.</p> <p>d) Titulação Acadêmica: Especialização/MBA (<input type="checkbox"/>) Mestrado (<input type="checkbox"/>) Doutorado</p>
Perguntas
<ol style="list-style-type: none"> 1. O que você considera como sendo uma empresa socialmente responsável? 2. Como você percebe que as empresas estão desenvolvendo a RSE? 3. Quais vantagens e desvantagens a incorporação de práticas de RSE pode trazer para as empresas? 4. Na sua percepção, há uma busca das empresas por profissionais administradores com formação voltada para as práticas de RSE? 5. Além das disposições legais, o que influencia as universidades na construção do currículo do curso de Administração e como se dá essa influência? 6. Em relação ao curso de Administração da Unisinos, o currículo atual do curso atende às necessidades das transformações econômicas, sociais e ambientais atuais e futuras? 7. Qual é o papel das escolas de Administração na promoção de práticas econômicas, sociais e ambientalmente responsáveis? 8. De que forma a abordagem do tema RSE contribui para a formação do aluno do curso de Administração? 9. Você ministra ou já ministrou alguma atividade acadêmica durante sua trajetória como docente no curso de Administração da Unisinos em que a abordagem do tema RSE estava previsto na ementa da atividade acadêmica? 10. Na sua visão como docente, qual a melhor forma de abordar o tema RSE na formação do administrador? 11. Você considera que a abordagem atual do tema RSE realizada no curso de Administração da Unisinos é suficiente para impactar a atuação profissional do aluno em formação ou egresso? 12. Dentro de uma empresa, quais desafios o aluno do curso de Administração pode enfrentar ao propor práticas de RSE e como a sua formação pode ajudá-lo a superar tais desafios?

APÊNDICE B - ATIVIDADES ACADÊMICAS OBRIGATÓRIAS E PREVISÃO DA RSE EM SUAS EMENTAS

(continua)

Atividade	Competências	Conhecimentos
Formação Profissional do Administrador	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de colaborar ativamente na elevação das condições de vida em sociedade, por meio da atuação do administrador de empresas enquanto cidadão e profissional, internalizando valores de responsabilidade social, justiça, respeito a pluralidade cultural, étnica e racial; - Capacidade de inserir-se e atuar no mundo do trabalho, com postura crítica e construtiva, antecipando e promovendo suas transformações, de maneira profissional, ética e cidadã; 	O Profissional Administrador: Código de Ética profissional e Regulamentações da Profissão;
Antropologia Filosófica e Economia	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma compreensão sistêmica acerca da relação do ser humano com a natureza e com a vida em sociedade comprometida com os princípios da sustentabilidade e da educação ambiental, conforme expresso na Lei Federal nº 9.795/1999; - Entender a relação existente entre a economia e o tema da sustentabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - A responsabilidade ética dos cidadãos no Brasil face à urgência das políticas afirmativas com relação aos afrodescendentes e indígenas expressas nas leis 10639/2003 (afrodescendentes) e 11645/2008 (afrodescendentes e indígenas); - Os princípios da sustentabilidade e da educação ambiental (Lei Federal nº 9795/1999) e a compreensão sistêmica da vida; - A economia e sua relação com o paradigma ecológico e com a sustentabilidade.
Fundamentos de Gestão de Pessoas		Responsabilidade Social;

(continua)

Atividade	Competências	Conhecimentos
<p>América Latina, Desenvolvimento e Sustentabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o ensino e a aprendizagem das noções de desenvolvimento e sustentabilidade como um processo em construção de natureza multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; - Compreender os complexos mecanismos históricos e atuais de produção da exclusão-inclusão social na América Latina, tomando a noção de sustentabilidade como eixo central; - Abordar as noções conceituais de etnia/grupo étnico/etnicidade, cultura e diferença, relacionando-as aos modelos de desenvolvimento e sustentabilidade no contexto brasileiro e latino-americano; - Conhecer os princípios e diretrizes das políticas públicas brasileiras contemporâneas no que concerne ao desenvolvimento e à sustentabilidade, identificando e analisando as ações orientadas às coletividades ameríndias e negras; - Conhecer os princípios que orientam o desenvolvimento sustentável. <p>Formular soluções para desafios relacionados com o desenvolvimento sustentável;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento e a sustentabilidade enquanto áreas temáticas de abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; - Os principais desafios da sustentabilidade ambiental, tais como matriz energética; mudança climática; modelo econômico e o esgotamento de recursos pelos padrões de consumo; impactos do crescimento populacional; tratamento de resíduos e consequências da contaminação; - Crítica ecologista à sociedade industrial abordando a compreensão da relação entre sustentabilidade, exclusão social, capitalismo e subdesenvolvimento; - Contribuições das tradições e culturas africanas e ameríndias em relações às noções de desenvolvimento e sustentabilidade; - Indicadores de sustentabilidade e instrumentos de gestão ambiental;

(conclusão)

Atividade	Competências	Conhecimentos
Ética e Negócios	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir a ética da moral e esta de outras formas de comportamento humano; - Exercitar e elaborar argumentações em relação a problemas práticos de moral e de ética na área dos negócios, a partir das teorias éticas estudadas; - Compreender a particularidade e a singularidade dos contextos culturais, econômicos, políticos, educacionais e sociais e comprometer-se com a ética da alteridade e com políticas e práticas de inclusão dos afrodescendentes e indígenas; - Posicionar-se de maneira crítica e comprometida em relação à responsabilidade social e ambiental de acordo com os princípios básicos de educação ambiental apresentados na Lei Federal nº 9.795/1999; - Compreender a relação necessária entre a ética, a economia e a sustentabilidade diante do contexto da contemporaneidade e do desafio de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade; - Refletir sobre a sociedade do trabalho, sua complexidade e os desafios atuais em relação à Ética do Trabalho e aos Códigos de Ética dos profissionais das Ciências Econômicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Especificidade da Ética enquanto reflexão sobre a Moral; - As teorias éticas e suas implicações com o mundo dos negócios; - A ética da alteridade, a dignidade humana e as questões étnico-raciais na formação da consciência moral e no reconhecimento das particularidades econômicas; - A responsabilidade ética dos cidadãos no Brasil face à urgência das políticas afirmativas com relação aos afrodescendentes e indígenas expressas nas leis 10639/2003 (afrodescendentes) e 11645/2008 (afrodescendentes e indígenas); - Ética e educação ambiental: responsabilidade ambiental e social e princípios básicos da educação ambiental da Lei Federal nº 9.795/1999; - A relação entre ética e sustentabilidade: estudo de práticas econômicas e suas respostas concretas diante da contemporaneidade e do desafio de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade; - Ética profissional, Códigos de Ética e responsabilidades morais;

Fonte: Adaptado de Unisinos (2018).

APÊNDICE C – ATIVIDADES ACADÊMICAS ELETIVAS/OPTATIVAS E PREVISÃO DA RSE EM SUAS EMENTAS

Atividade	Competências	Conhecimentos
Empreendedorismo e Inovação: conceitos e práticas	- Identificar informações a respeito das necessidades diversas da sociedade, como ambientais, tecnológicas, sustentáveis, entre outras, com vistas a identificar oportunidades de negócios inovadores para organizações e empresas;	
Projeto Social I	- Capacidade de compreender com visão sistêmica e ética o ambiente de negócios, pensando o ser e o fazer do administrador à luz da integralidade da vida humana;	- Responsabilidade Social Empresarial e parcerias;
Projeto Social II	- Capacidade de atuar com visão sistêmica e ética no ambiente de negócios e nas relações com a sociedade;	
Liderança e Processo grupal	- Capacidade de internalizar e de expressar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;	
Aprendizagem Organizacional e Gestão do Conhecimento	- Capacidade de agir com protagonismo nos processos de mudança, respeitando a ética e a pessoa humana, aplicando o seu saber-fazer profissional para a geração de valor agregado às organizações;	
Gestão do Comportamento Organizacional	- Capacidade de compreender dinâmicas e princípios éticos que organizam as relações interpessoais e comportamento organizacional; - Capacidade de promover relações saudáveis a partir de concepções éticas, inclusivas da diversidade nas organizações;	- Ética: aspectos organizacionais e pessoais;

Fonte: Adaptado de Unisinos (2018).

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 453 de 21/11/1983 – D.O.U de 22/11/1983

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA UNISINOS

Eu, Adriél da Cruz e Silva, estudante do curso Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação do Prof. Gilberto Antonio Faggion, solicito autorização para realizar pesquisa com professores do curso de graduação em Administração da Unisinos. Essa pesquisa é componente da atividade curricular Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo da pesquisa é “Investigar a percepção dos professores do curso de Administração da Unisinos sobre a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial na formação do administrador” e para atendê-lo é necessário a realização de entrevistas com os docentes do curso. O título do trabalho é “A percepção de professores do curso de Administração a Universidade do Vale do Rio dos Sinos sobre a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial na formação do administrador”. A pesquisa terá início em setembro/2018 e término em novembro/2018.

As ferramentas utilizadas para a pesquisa serão entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com os professores do curso de Administração da Unisinos e pesquisa documental em ementas das atividades acadêmicas e no Plano Político Pedagógico do Curso. O roteiro das entrevistas consta no Anexo A.

Não utilizarei o nome da Unisinos e responsabilizo-me em preservar o nome da Instituição de forma a que ela não seja passível de identificação.

Solicito autorização para utilização do nome da Unisinos com a seguinte justificativa: Atingir os objetivos da pesquisa, geral e específicos, de forma a possibilitar a investigação e análise da percepção dos docentes do curso de Administração da Universidade sobre o tema Responsabilidade Social Empresarial, proporcionando também uma visão de possíveis desafios para integração do assunto dentro do curso.

Caso queira utilizar o nome da Unisinos marcar também o quadro abaixo:

Comprometo-me a enviar para a Unisinos a versão final do Trabalho.

De acordo, com as seguintes restrições:

- O PPP do Bacharelado em Administração está disponível para consulta na sala da Coordenação do curso;-
 - Por questões de segurança, a universidade não disponibiliza dados e informações dos seus colaboradores;
 - a realização das entrevistas fica condicionada ao livre consentimento dos professores.
- São Leopoldo, 25 de setembro de 2018.

São Leopoldo, 23 de agosto de 2018.

UNISINOS
Silvia Costa Dutra

SILVIA COSTA DUTRA
Controladoria Acadêmica e
Avaliação Institucional

Adriél da Cruz e Silva
Assinatura do Aluno
Gilberto A. Faggion
Assinatura do Professor Orientador do Trabalho